



Balanço Geral da União

Anexo 9

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

30000 Ministério da Justiça

0670 ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS

GERENTE: NILDA MARIA TURRA FERREIRA

Objetivo: Garantir proteção especial a testemunhas e a vítimas sobreviventes de crimes

1717 (P) CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE AGENTES OPERADORES DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS

Ministério da Justiça

Produto:	AGENTE CAPACITADO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	930,0	930,0	100,0 %	550,0	240,0	43,6 %
Financeiro	2.489.457	1.449.457	58,2 %	1.291.900	714.305	55,3 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça (0001) Físico (240,0) Financeiro (R\$ 679.575)
Foram realizadas 4 Oficinas de Capacitação (1 em julho, 1 em agosto e 2 em outubro) sendo que de cada uma participaram 60 agentes operadores.

Os recursos dessa ação foram executados por meio de organismo de cooperação internacional (PNUD) e se destinaram à realização de 4 Oficinas de Capacitação para Agentes Operadores do Sistema Nacional de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas.

Em Regiões Metropolitanas - PNSP (Plano Nacional de Segurança Pública) (0291) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 34.730)
Em virtude do contingenciamento orçamentário, esta ação não teve execução.

Os recursos utilizados nessa ação (R\$ 34.730,00) visaram tão somente complementar o valor repassado para a implementação do Serviço Estadual de Proteção a Testemunhas no Distrito Federal, uma vez que, à época da celebração do convênio com o Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH, esta era a única ação que dispunha de recursos no elemento de despesa que permite transferência para organismos não governamental.

Nacional (Restos a Pagar) - Ministério da Justiça (0005) Físico () Financeiro (R\$)

1787 (P) IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS

Ministério da Justiça

Produto:	SERVICO IMPLANTADO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	18,0	10,0	55,6 %	4,0	1,0	25,0 %
Financeiro	5.742.208	4.242.208	73,9 %	1.200.000	1.169.205	97,4 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça (0001) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 809.205)
Foi implantado apenas mais um novo Serviço de Proteção a Testemunhas Ameaçadas no Distrito Federal. O convênio foi firmado com o Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH, em dezembro. A meta inicial de implantação de três novos Serviços não pôde ser atendida em virtude do contingenciamento orçamentário bem como pelo aumento da demanda que sofreram os Serviços já implantados, o que provocou uma injeção maior de recursos quando da renovação dos seus respectivos convênios.

O custo de implantação do Serviço de Proteção a Testemunhas Ameaçadas no Distrito Federal foi de R\$ 205.713,75 (duzentos e cinco mil, setecentos e treze reais e setenta e cinco centavos). O restante dos recursos da ação foi utilizado para garantir a manutenção dos Serviços já existentes.

Em Regiões Metropolitanas - PNSP (Plano Nacional de Segurança Pública) (0291) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 360.000)
No âmbito deste localizador da Ação 1787 não foi implantado nenhum novo Serviço de Proteção a Testemunhas Ameaçadas. A meta inicial de implantação de três novos Serviços não pode ser atendida em virtude do contingenciamento orçamentário bem como pelo aumento da demanda que sofreram os Serviços já implantados que provocou uma injeção maior de recursos quando da renovação dos seus respectivos convênios.

Os recursos desta ação foram utilizados para garantir a manutenção dos Serviços já existentes.

4278 (A) SERVIÇOS DE PROTEÇÃO, ASSISTÊNCIA E APOIO A TESTEMUNHAS E VÍTIMAS DE CRIMES

Ministério da Justiça

Produto:	PESSOA ASSISTIDA	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	6.941,0	6.941,0	100,0 %	10.079,0	6.916,0	68,6 %
Financeiro	22.782.748	13.492.748	59,2 %	5.952.400	5.876.317	98,7 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça (0001) Físico (6.915,0) Financeiro (R\$ 5.826.317)
Foram garantidas as manutenções de 15 Serviços de Proteção a Testemunhas Ameaçadas - PROVITA (AC, AM, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, PA, PE, RJ, RS, SP e SC) e do Programa Federal que atende aos casos de proteção oriundos de Estados ainda não integrados ao Sistema Nacional, além de 8 Centros de Apoio a Vítimas de Crimes - CAVC (AL, BA, ES, MG, PB, RJ, SP e SC). Cada CAVC possui uma capacidade média de atendimento de 545 pessoas por ano e os PROVITA e o Programa Federal possuem uma capacidade de atendimento conjunta de 915 beneficiários. São, portanto, ações com produtos sensivelmente diferentes: testemunhas protegidas X vítimas assistidas. Assim, apenas para poder haver uma adequação ao Produto da Ação (pessoa assistida) pode-se dizer que em 2002 foram asseguradas as assistências de 6.915 pessoas.

Essa ação é a que concentra o maior investimento orçamentário do Programa. Mais de 60% de todo o orçamento de 2002 foi utilizado na manutenção da

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Balanço Geral da União

Anexo 9

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

30000 Ministério da Justiça

estrutura já implantada do Sistema Nacional de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas. Esse percentual, no entanto, não se fez sentir na dotação orçamentária específica para a ação, o que impôs a necessidade de se utilizarem recursos de outras ações do Programa para garantir a prioritária.

Implantação do Centro de Atendimento às Vítimas de Violência/ CAVIV em Belo Horizonte - MG (0006) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 50.000)
A meta desta ação foi integralmente atingida.

A meta desta ação foi integralmente atingida.

0699 ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA

GERENTE: JOSÉ FERREIRA LIMA

Objetivo: Prestar assistência jurídica gratuita ao cidadão, contribuindo para a democratização da Justiça

1783 (P) IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

Produto:	SERVICO IMPLANTADO	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Justiça		
Físico	19,0	19,0	100,0 %	8,0	14,0	175,0 %
Financeiro	5.677.269	1.277.269	22,5 %	1.190.600	994.585	83,5 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça (0001) Físico (14,0) Financeiro (R\$ 994.585)
Em 2002, foram instalados núcleos da Defensoria Pública da União nas cidades de Umuarama/PR, Porto Velho/RO, Caxias do Sul/RS, Guarulhos/SP, Santos/SP, Campinas/SP, Aracaju/SE, Pelotas/RS, Natal/RN, Vitória/ES, Cuiabá/MT, Palmas/TO, Rio Branco/AC e Goiânia/GO.
Cabe destacar que os núcleos da Defensoria Pública da União estão funcionando somente com 30% de sua implantação, sendo aguardado para 2003 um maior aporte Orçamentário para o complemento da implantação dos mesmos.

Os recursos programados foram liberados, não havendo descontinuidade de recursos no exercício.

No Distrito Federal (0004) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0)
O projeto não foi apresentado em tempo de sua execução pela Defensoria Pública do Governo do Distrito Federal. O recurso foi utilizado para um Crédito Suplementar na ação prioritária da Defensoria Pública da União.

2725 (A) PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA AO CIDADÃO

Produto:	PESSOA ASSISTIDA	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Justiça		
Físico	67.654,0	65.734,0	97,2 %	21.980,0	54.261,0	246,9 %
Financeiro	17.535.989	8.850.989	50,5 %	5.191.600	4.666.738	89,9 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça (0001) Físico (54.261,0) Financeiro (R\$ 4.666.738)
Neste exercício, com a posse de 84 novos Defensores Públicos da União e a implantação dos núcleos da Defensoria Pública da União nos Estados da Federação, e com início do atendimento aos cidadãos junto à Justiça Federal, Justiça Eleitoral, Tribunais Superiores e instâncias administrativas da União, foram atendidos 54.000 cidadãos. É inegável o avanço dos indicadores, levando em consideração os resultados obtidos em 2001.

Foram liberados os recursos conforme programação financeira para o exercício, não havendo descontinuidade. Cabe resaltar que, com a posse e o início da atuação de 84 Defensores Público da União e com a estruturação e fortalecimento da Defensoria nas Unidades Federadas, quantitativos maiores terão que ser adotados, com maior aporte orçamentário.

0696 ATENDIMENTO E LEGALIZAÇÃO DE ESTRANGEIROS NO PAÍS

GERENTE: LUIZ PAULO TELES FERREIRA
BARRETO

Objetivo: Regularizar o ingresso e permanência de estrangeiros no País

1752 (P) IMPLANTAÇÃO DE CENTRAL DE ATENDIMENTO AOS ESTRANGEIROS

Produto:	CENTRAL INSTALADA	Unidade de Medida:	% DE EXECUCAO FISICA	Ministério da Justiça		
Físico	100,0	100,0	100,0 %	7,0	25,0	357,1 %
Financeiro	130.373	80.373	61,6 %	36.000	36.000	100,0 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça (0001) Físico (25,0) Financeiro (R\$ 36.000)
O Departamento conseguiu concluí-la, em caráter experimental, principalmente em função das obras de infra-estrutura que estavam sendo realizadas diretamente pelo Ministério da Justiça, visando a implantação de unidade de protocolo setorial. Através da realização destas obras, conseguiu-se acelerar a execução física da ação.

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto A - Atividade OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Balanço Geral da União

Anexo 9

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

30000 Ministério da Justiça

Os recursos foram comprometidos com a instalação do sistema de controle de atendimento e sinalização da central, atendendo aos preceitos da Lei nº 3.507/00.

2728 (A) REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE ESTRANGEIROS

Produto:	ESTRANGEIRO REGULARIZADO	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Justiça		
Físico	76.936,0	50.043,0	65,0 %	641,0	30.349,0	4.734,6 %
Financeiro	185.347	105.347	56,8 %	42.000	35.851	85,4 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça (0001) Físico (30.349,0) Financeiro (R\$ 35.851)
Com a política do Governo Federal de captação de capital produtivo, implantação de empresas transnacionais, programas de privatização, onde os compradores muitas vezes foram empresas multinacionais, abertura de mercado às montadoras e maior participação do país no cenário internacional, houve um grande aumento de solicitações de regularizações de estrangeiros, sendo este aumento da ordem de 600%. Esta situação forçou o Departamento a utilizar-se de um volume grande de criatividade para atender a demanda. No que foi possível, este órgão buscou automatizar processos, ampliar o volume dos prestadores de serviços e melhorar a infra-estrutura operacional, chegando com isso a ter uma execução física de aproximadamente 400% do inicialmente previsto, apesar de um passivo de cerca de 22.000 processos de regularização pendentes.

O recurso foi comprometido com aumento do número de equipamentos de informática e pequena melhoria de infraestrutura operacional.

0156 COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

GERENTE: MARIA DAS NEVES RODRIGUES DE ARAÚJO

Objetivo: Combater a violência doméstica e sexual contra a mulher

7051 (P) APOIO À IMPLANTAÇÃO DE ABRIGOS PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE RISCO

Produto:	ABRIGO IMPLANTADO	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Justiça		
Físico	316,0	43,0	13,6 %	108,0	38,0	35,2 %
Financeiro	7.167.302	2.807.302	39,2 %	2.605.000	2.287.302	87,8 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça (0001) Físico (20,0) Financeiro (R\$ 1.254.245)
O físico realizado ficou abaixo do esperado porque se verificou que os custos de implantação de um abrigo, especialmente a sua construção, são superiores ao previamente estimado. Portanto, a meta física prevista para o ano de 2002 foi superestimada, pois para a implantação de cada abrigo para mulheres em situação de violência são necessários montantes entre R\$ 50.000,00 e R\$ 120.000,00.

Implantação de Centro de Referência da Mulher - Araraquara - SP (0016) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 75.000)
Foi celebrado convênio para a construção de uma casa-abrigo no valor total dos recursos disponibilizados.

Em Guaiaba - RS (0028) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0)
Efetuado contato com a Prefeitura Municipal, não houve interesse de apresentar projeto, tendo alegado que o índice de violência no município não justifica a ação.

Em São Paulo - SP (0036) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 197.300)
Construção de Centro de Referência da Mulher de Brasília - SP, para prestar assistência às mulheres vítimas de violência sexual e doméstica.

Em Jundiá - SP (0040) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 120.000)
Emenda parlamentar - celebrado convênio para a construção de uma casa-abrigo.

Em Blumenau - SC (0042) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 66.000)
Celebrado convênio para implantação de uma casa-abrigo.

Os recursos foram liberados parcialmente, em virtude do contingenciamento.

Em Sorriso - MT (0044) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 120.000)
Celebrado convênio para a construção de uma casa-abrigo.

Em Joinville - SC (0046) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 50.000)
Celebrado convênio para a construção de uma casa-abrigo.

Em Aracaju - SE (0048) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 14.544)
Foram utilizados recursos da emenda parlamentar e da ação 7051.0001 - nacional para a implantação de uma casa-abrigo.

Foram desembolsados na ação - 0001 - o valor de R\$ 30.456,00 para complementar o valor do projeto de implantação da casa-abrigo para mulheres vítimas de violência sexual e doméstica.

Em Regiões Metropolitanas - PNSP (Plano Nacional de Segurança Pública) (0291) Físico (11,0) Financeiro (R\$ 390.213)
Recursos contingenciados na ordem de 45%.

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto A - Atividade OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Balanço Geral da União

Anexo 9

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

30000 Ministério da Justiça

6015 (A) ATENDIMENTO ESPECIALIZADO NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Produto:	MULHER ATENDIDA	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Justiça		
Físico	70.602,0	6,0	0,0 %	7,0	6,0	85,7 %
Financeiro	159.853	159.853	100,0 %	170.000	159.853	94,0 %

Comentários:

Apoio à Melhoria das Condições de Instalações da Themis - Porto Alegre - RS (0006) Físico (5,0) Financeiro (R\$ 89.900)
Foi firmado convênio com a entidade Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero para a melhoria das instalações do SIM - Serviço de Informação à Mulher, para o aprimoramento da infra-estrutura do Programa de Promotoras Legais Populares. O projeto apresentado e aprovado objetivava beneficiar diretamente 5.080 (cinco mil e oitenta) mulheres, ao longo dos seus dez meses de duração, além do público indiretamente beneficiado, representado pelas populações das regiões onde estão instaladas as unidades do SIM, estimadas em cerca de 500 mil pessoas.

Apoio à Aema no Estado de Santa Catarina (0008) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 69.953)

0662 COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

GERENTE: CAIO CHRISTOVAM RIBEIRO
GUIMARÃES

Objetivo: Combater a criminalidade de competência federal

7073 (P) CAPACITAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA FEDERAL PARA O COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Produto:	SERVIDOR CAPACITADO	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Justiça		
Físico	486,0	486,0	100,0 %	8.676,0	361,0	4,2 %
Financeiro	1.751.598	237.598	13,6 %	120.000	106.828	89,0 %

Comentários:

Nacional - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal (0001) Físico (361,0) Financeiro (R\$ 106.828)

2680 (A) COMBATE AO TRÁFICO ILÍCITO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES

Produto:	DROGA APREENDIDA	Unidade de Medida:	TON	Ministério da Justiça		
Físico	476,0	355,0	74,6 %	120,0	200,0	166,7 %
Financeiro	8.643.922	5.143.922	59,5 %	2.500.000	1.375.209	55,0 %

Comentários:

Nacional - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal (0001) Físico (200,0) Financeiro (R\$ 1.375.209)

2712 (A) FORMAÇÃO DE QUADROS DA POLÍCIA FEDERAL

Produto:	ALUNO MATRICULADO	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Justiça		
Físico	4.670,0	4.670,0	100,0 %	2.000,0	2.073,0	103,7 %
Financeiro	16.962.719	13.962.719	82,3 %	8.117.720	8.063.823	99,3 %

Comentários:

Nacional - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal (0001) Físico (2.073,0) Financeiro (R\$ 8.063.823)

2726 (A) PREVENÇÃO E REPRESSÃO A CRIMES ORGANIZADOS E CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVIÇOS E INTERESSES DA UNIÃO

Produto:	ACAO POLICIAL REALIZADA	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Justiça		
----------	-------------------------	--------------------	---------	-----------------------	--	--

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Balanço Geral da União

Anexo 9

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

30000 Ministério da Justiça

Físico	72.469,0	62.592,0	86,4 %	2.000,0	9.121,0	456,1 %
Financeiro	128.507.548	106.507.548	82,9 %	17.969.360	14.973.358	83,3 %

Comentários:

Nacional - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal (0001) Físico (9.121,0) Financeiro (R\$ 14.973.358)

0153 DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

GERENTE: GERENTE SOLENY ÁLVARES HAMÚ

Objetivo: Colbir a violação de direitos da criança e do adolescente

5002 (P) CRIAÇÃO DE DEFENSORIAS PÚBLICAS ESPECIALIZADAS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NOS ESTADOS E NO DISTRITO FEDERAL

Produto: DEFENSORIA IMPLANTADA Unidade de Medida: UNIDADE

Ministério da Justiça

Físico	74,0	20,0	27,0 %	8,0	6,0	75,0 %
Financeiro	2.270.352	1.670.352	73,6 %	900.000	427.352	47,5 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça (0001) Físico (6,0) Financeiro (R\$ 427.352)
Havia dentro do planejamento de implantação dos Núcleos de Defesa das Crianças e Adolescentes no âmbito das Defensorias Públicas, a meta de se implantar 8 unidades em 2002. Com o corte orçamentário, inicialmente em torno de 80%, os recursos disponibilizados foram destinados à implantação dos Núcleos em cinco estados: RN, AL, GO, RR, PI e no DF. As realizações descritas nesta ação foram possíveis mesmo com o contingenciamento de 57% da Dotação Orçamentária Legal de R\$ 1.000.000,00. Com a utilização de recursos de outras ações foi possível o aporte de R\$488.798,00 na ação das defensorias.

Os projetos contemplam a implantação de núcleos especializados de atendimento à criança e ao adolescente com vistas a prestar-lhes assistência jurídica nos casos de violação e ameaça aos seus direitos. Em todos os projetos há meta específica para qualificação de Defensores Públicos e de outros agentes que atuarão na defesa de direitos das crianças e adolescentes vítimas.

A Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – ao adotar diretrizes para política de atendimento da criança e do adolescente, criou mecanismos que estimulam a integração operacional dos diversos órgãos de defesa existentes, dentro deles, as Defensorias Públicas. Assim, faz-se necessário que o Estatuto da Criança e do Adolescente cumpra a função que lhe cabe, como instrumento de materialização da cidadania da criança e do adolescente, aduzindo para o ordenamento jurídico, a proposta de universalização dos direitos fundamentais que há de encontrar validade e eficácia em todas as regiões do país. A criação de Defensorias Públicas Especializadas em crianças e adolescentes nos Estados visa a assegurar o que preceitua o Artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal e o Artigo 141: “É garantido o acesso de toda criança ou adolescente à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos”. Diante disso, as Defensorias Públicas Especializadas incluem-se como entidades a serem apoiadas por essa ação, visto que compõem o sistema de garantia de direitos previstos no sobredito diploma legal, para atendimento a crianças e adolescentes que dela necessitem.

Com o contingenciamento era esperada a execução da meta física abaixo do originalmente previsto, entretanto, percebe-se uma superestimação da meta, pois mesmo com o corte de recursos, constatou-se a possibilidade de executar-se a ação com um certo êxito.

A dotação orçamentária de Lei para esta ação é de R\$ 1.000.000,00. Foram disponibilizados R\$ 427.460,00 que foram aplicados na implantação de Núcleos Especializados no atendimento à Criança e ao Adolescente .

1785 (P) IMPLANTAÇÃO DE REDE DE IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DESAPARECIDOS

Produto: REDE IMPLANTADA Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA

Ministério da Justiça

Físico	100,0	51,0	46,4 %	15,0	25,0	166,7 %
Financeiro	1.118.285	563.285	50,4 %	255.000	254.982	100,0 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça (0001) Físico (25,0) Financeiro (R\$ 254.982)
Dado o contingenciamento sofrido pelo Programa, foi necessário que se maximizasse a utilização dos recursos unindo metas e objetivos. Para que se pudesse viabilizar a implantação da Rede seria necessário instalar as Delegacias de Proteção naqueles estados que ainda não as possuíam. Foram utilizados recursos de outras ações como a Capacitação e somados os recursos da ação de Delegacias. Mesmo nos estados para os quais não houve possibilidade de repasse de recursos, foi feita articulação no sentido de se viabilizar o funcionamento da Rede, à exceção do Amazonas e da Paraíba.

O Programa de Defesa recebeu o Prêmio Microsoft de Talentos Nacionais, pela criação do site Crianças e Adolescentes Desaparecidos, lançado em 02 de dezembro de 2002. O critério principal considerado pelos jurados – Gilberto Dimenstein, Viviane Senna e Luis Nassif – foi o uso social da tecnologia, com transparência para a população. Qualquer cidadão pode fazer uma denúncia pelo site, cujo endereço é www2.mj.gov.br/desaparecidos. A informação será confirmada pela Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente do Estado onde ocorreu o desaparecimento para, em seguida, entrar na internet. Nos cinco primeiros dias de funcionamento, foram cadastradas 200 crianças. O site é também um canal para comunicação entre delegados de diferentes Estados, já que muitas vezes a criança é encontrada fora da unidade da Federação onde desapareceu. Além de denúncias, há ainda links para estatísticas, crianças encontradas, delegacias e pesquisa dos desaparecidos, que pode ser feita por nome, apelido, data de nascimento, de desaparecimento ou estado em que a criança desapareceu. O site conta ainda com espaço para foto envelhecida daqueles que estão sumidos há vários anos. Em 2003 espera-se aperfeiçoar e melhor capacitar as equipes. A empresa americana Computer Associates se dispôs a levar os gestores estaduais

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto A - Atividade OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Balanço Geral da União

Anexo 9

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

30000 Ministério da Justiça

para realizarem um curso de treinamento nos Estados Unidos, além de disponibilizarem equipamentos para os estados.

As ações desenvolvidas pelo Departamento da Criança e do Adolescente em todas as Unidades da Federação procuram cessar o fenômeno do desaparecimento de crianças e adolescentes em todo o território nacional. Diante de crescente aumento da violência que ocorre no âmbito familiar, da venda de crianças, da exploração sexual comercial infanto-juvenil e da utilização de crianças e adolescentes para a produção de material pornográfico, o Departamento da Criança e do Adolescente atua articulado com os órgãos de políticas sociais, em todos os níveis de governo e com a sociedade civil, por compreender que o combate às situações de vitimização infanto-juvenil exige o esforço de todos, neste caso, por meio da implantação de serviços de identificação e localização de crianças e adolescentes desaparecidos para constituição de uma rede nacional, tendo como público alvo serviços e organizações governamentais de identificação e localização de crianças e adolescentes desaparecidos.

A execução excedente da meta física prevista ocorreu por um equívoco no estabelecimento das metas, que previam um número menor do que o realmente possível no concernente a redes implantadas.

O orçamento de R\$ 255.000,00 foi totalmente disponibilizado para a implantação da Rede de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos. A ação foi executada em conjunto com a ação que cuidou da Criação de Delegacias Estaduais Especializadas para Investigação de Crimes Praticados contra Crianças e Adolescentes.

1800 (P) IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - SIPIA

Produto:	SISTEMA IMPLANTADO	Unidade de Medida:	% DE EXECUCAO FISICA			
Físico	100,0	51,0	51,0 %	18,0	18,0	100,0 %
Financeiro	3.393.443	2.393.443	70,5 %	1.170.000	462.261	39,5 %

Ministério da Justiça

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça (0001) Físico (18,0) Financeiro (R\$ 462.261)
Foi implantado o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência nos Estados de Minas Gerais (27 Municípios), Ceará (50 municípios), Mato Grosso do Sul (40 municípios), Goiás (14 municípios) e Santa Catarina (80 municípios). Foram contemplados igualmente os Estados da Bahia (25 municípios), Paraná (60 municípios), Pará (15 municípios), Acre (10 municípios), Rio de Janeiro (31 municípios), Pernambuco (60 municípios) e Sergipe (36 municípios).

A implementação desta ação cuida da manutenção de equipamentos, capacitação de pessoal técnico e de Conselheiros Tutelares para a utilização do Sistema e para a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente nos Municípios.

O SIPIA é um sistema nacional de registro e tratamento de informações sobre a promoção e defesa dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8069/90. Tal Sistema foi criado precipuamente para subsidiar a adoção de decisões governamentais sobre políticas na área de crianças e adolescentes, com vistas à garantia de suas cidadanias, por meio de produção de conhecimentos específicos, de situações materiais de violação de direitos infanto-juvenis, identificando medidas de proteção e sócio-educativas que se fizerem necessárias.

A operacionalização do referido Sistema se dá por meio do repasse de dados agregados em nível municipal, deste para o estadual e finalmente, para o federal, constituindo uma base fidedigna para formulação de políticas públicas relativas, cuja leitura provoca impactos, que certamente contribuirão para a construção de uma nova concepção no que diz respeito à atuação em relação a crianças e adolescentes, como uma tarefa permanente do Estado e da sociedade. No 2º semestre, ocorreu o Seminário de Planejamento Estratégico, do qual resalta-se 3(tres) indicativos: Implantação do Portal SIPIA - permitirá visualizar os módulos I, II e III; Versão WEB - dará maior agilidade ao sistema de informações e o Plano Nacional de Formação - de médio e longo prazo com finalidade de capacitar o usuário do Sistema.

O orçamento previsto para esta ação era de R\$ 1.300.000,00. Por conta de contingenciamento orçamentário foi disponibilizado para a ação o valor de R\$ 462.458,00 que viabilizou a continuidade da implantação do Sistema de Informação por meio de parcerias com cinco Secretarias de Estados. A sobra de recursos nesta ação, deve-se a uma rede de parcerias efetivada com Estados e Municípios, o que possibilitou não aplicar todo o montante.

0697 DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

GERENTE: AMANDA FLÁVIO DE OLIVEIRA

Objetivo: Assegurar os direitos do consumidor

6067 (A) APOIO A PROJETOS DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS

Produto:	PROJETO APOIADO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	33,0	31,0	93,9 %	7,0	19,0	271,4 %
Financeiro	7.953.130	2.953.130	37,1 %	4.280.000	1.886.307	44,1 %

Ministério da Justiça

Comentários:

Nacional - Fundo de Defesa de Direitos Difusos (0001) Físico (19,0) Financeiro (R\$ 1.886.307)
Nº de Convênios/2002
(Dados para o PPA - 12/2002)

MESES ENTIDADES
Março (6) Município de Juiz de Fora, MG
Município de Coxim, MS
Estado de Alagoas (Secretaria da Justiça e da Cidadania)

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Balanço Geral da União

Anexo 9

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

30000 Ministério da Justiça

Estado de Goiás (Secretaria de Segurança Pública e Justiça)
Município de Altônia, PR
Associação Cidade Verde – ACV, RO
Abril (3) Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte
Associação Catarinense de Defesa dos Direitos da Mulher, Donas-de-casa e Consumidores - ADOCON, SC
Associação de Defesa dos Usuários de Seguros, Planos e Sistemas de Saúde - ADUSEPS, PE
Junho (3) Estado do Mato Grosso (Secretaria do Trabalho, Emprego e Cidadania)
Município de Ponta Grossa, PR
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, MG
Julho (1) Município de Ponta Grossa, PR
Agosto (1) Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo – CEPAGRO, SC
Setembro (1) Movimento das Donas-de-casa e Consumidoras do Estado da Bahia, BA
Outubro (2) Ministério Público do Estado da Bahia
Fundação de Apoio ao Ensino Superior Público Estadual do Estado do Mato Grosso - FAESP
Dezembro (2) Município de Uberlândia/MG
Município de Caçapava do Sul/RS
TOTAL: 19

O orçamento aprovado para o CFDD, por sua vez, corresponde à importância de R\$ 2.280.000,00 para atividades, tendo sido executado o montante de R\$ 1.886.307,63 (83% da previsão orçamentária), restando, ao final do período, um saldo de R\$ 393.692,37.
As metas foram subestimadas para o ano de 2002.

1756 (P) CAPACITAÇÃO DE AGENTES E TÉCNICOS DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Produto:	AGENTE CAPACITADO	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Justiça		
Físico	576,0	576,0	100,0 %	355,0	153,0	43,1 %
Financeiro	532.828	282.828	53,1 %	188.000	89.733	47,7 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça (0001) Físico (153,0) Financeiro (R\$ 89.733)
Foram realizados nos meses de julho e outubro o XIV e XV Curso de Capacitação de Agentes e Técnicos de Defesa do Consumidor nos Estados do Mato Grosso e Ceará. Em dezembro de 2002, foi ministrado o XVI Curso de Capacitação na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Não foi possível realizar mais cursos em virtude da realização de eleições no ano de 2002, pois diversos órgãos de defesa do consumidor cancelaram os cursos por não terem condições financeiras de arcar com o deslocamento, hospedagem e passagem para os agentes e técnicos do interior de seus Estados. Em virtude desses cancelamentos não foram usados os recursos orçamentários disponíveis para essa ação, contudo, temos para o ano de 2003 há uma demanda reprimida que já conta com 07 pedidos de Procons Estaduais. O restante do recurso não utilizado foi transferido através do Memo nº 965, de 12.02.2002 para a Secretaria de Orçamento/MP.

5636 (P) PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E VEICULAÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO RELACIONADOS AOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Produto:	MATERIAL DIVULGADO	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Justiça		
Físico	239.562,0	239.562,0	100,0 %	15,0	120.931,0	806.206,7 %
Financeiro	652.251	352.251	54,0 %	150.000	78.060	52,0 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça (0001) Físico (120.931,0) Financeiro (R\$ 78.060)
O objetivo desta ação é a promoção da educação para o consumo, através da produção e distribuição de material destinado à informação, orientação e conscientização dos consumidores sobre seus direitos e deveres.
Foram distribuídos vários materiais, entre eles destaca-se: 967 fitas do Programa 'Tô de Olho'; 117.292 Códigos de Defesa do Consumidor, para cada Procon Estadual e Municipal de Capital e mais para algumas Promotorias de Defesa do Consumidor dos Estados. E, ainda, foram distribuídos vários exemplares do CDC com o Decreto para diversos Procons Municipais espalhados pelo Brasil, mediante solicitação. Também foram distribuídas cartilhas sobre a proteção do consumidor, totalizando em 2002 2564 unidades.
Em relação ao projeto 'Formando Hoje o Consumidor do Amanhã' – que tem por objetivo levar à sociedade em geral e aos alunos do ensino fundamental, em particular, informações básicas sobre relações de consumo e incentivar a introdução de temas relativos ao direito do consumidor no ensino de 1º e 2º graus, foram confeccionados e distribuídos aos órgãos de defesa do consumidor os seguintes materiais: Display's (108) e folder's (3.230.000). Estes folders estão compreendidos nos 108 'displays', e apenas esses foram computados no total de produtos divulgados.
Os valores disponibilizados através dos recursos orçamentários foram utilizados nessa ação.
A meta de 15 (quinze) produtos para 2002 refere-se ao tipo do material a ser produzido e divulgado e não à quantidade em unidades, informada no SIGPLAN.

0695 DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA

GERENTE: PAULA FONTELLES DO VALLE

Objetivo: Combater os abusos do poder econômico e promover a defesa da concorrência

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Balanço Geral da União

Anexo 9

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

30000 Ministério da Justiça

2806 (A) INSTRUÇÃO DE ATOS DE CONCENTRAÇÃO E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Produto:	PROCESSO INSTRUIDO	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Justiça		
Físico	3.899,0	1.823,0	46,8 %	615,0	567,0	92,2 %
Financeiro	2.692.944	692.944	25,7 %	4.114.560	175.548	4,3 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça (0001) Físico (567,0) Financeiro (R\$ 175.548)
Atividades finalísticas da Secretaria de Direito Econômico - SDE/MJ e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. O recurso orçamentário visa à melhoria dos recursos de instrução e de julgamento dos casos que ingressam no Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência - SBDC. Pretende-se melhorar a qualidade e a produtividade dessas análises, através da realização de diligências 'in loco', contratação de estudos e pareceres técnicos especializados e outros investimentos para melhorar a estrutura utilizada na realização das análises e julgamentos. Todavia, por se tratarem de atividades finalísticas têm o seu fluxo estabelecido em lei, a não execução das despesas não impede a sua realização, embora, neste caso, elas sejam executadas com maiores dificuldades. Em outros termos, os atos de concentração e representações protocolados na SDE precisam ser instruídos. Uma vez instruídos e enviados ao CADE, este órgão tem de julgá-los. Essas atribuições são legais, bem como os prazos que as regem.

Essa ação sofreu uma redução orçamentária, no exercício de 2002, no valor de R\$ 2.965.945,00.

2807 (A) JULGAMENTO DE ATOS DE CONCENTRAÇÃO E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E CONSULTAS

Produto:	PROCESSO JULGADO/IMPLEMENTA	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Justiça		
Físico	2.133,0	1.938,0	90,9 %	68,0	563,0	827,9 %
Financeiro	283.730	83.730	29,5 %	748.000	15.280	2,0 %

Comentários:

Nacional - Conselho Administrativo de Defesa Econômica (0001) Físico (563,0) Financeiro (R\$ 15.280)
Atividades finalísticas da Secretaria de Direito Econômico - SDE/MJ e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. O recurso orçamentário visa à melhoria dos recursos de instrução e de julgamento dos casos que ingressam no Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência - SBDC. Pretende-se melhorar a qualidade e a produtividade dessas análises, através da realização de diligências 'in loco', contratação de estudos e pareceres técnicos especializados e outros investimentos para melhorar a estrutura utilizada na realização das análises e julgamentos. Todavia, por se tratarem de atividades finalísticas têm o seu fluxo estabelecido em lei, a não execução das despesas não impede a sua realização, embora, neste caso, elas sejam executadas com maiores dificuldades. Os atos de concentração e representações protocolados na SDE precisam ser instruídos e enviados ao CADE para julgamento. Essas atribuições são legais, bem como os prazos que as regem.

0154 DIREITOS HUMANOS, DIREITO DE TODOS

GERENTE: CYNTHIA LOSSO PRUDENTE

Objetivo: Promover, garantir e defender os direitos individuais, coletivos e difusos da população brasileira, assegurando acesso aos mecanismos necessários para o exercício pleno da cidadania

3811 (P) CAPACITAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS E LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS EM DIREITOS HUMANOS

Produto:	PESSOA CAPACITADA	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Justiça		
Físico	110.055,0	52.788,0	48,0 %	12.750,0	11.500,0	90,2 %
Financeiro	9.398.909	7.784.909	82,8 %	2.296.000	1.965.457	85,6 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça (0001) Físico (8.500,0) Financeiro (R\$ 1.465.443)
A ação Capacitação em Direitos Humanos é principal dentre aquelas que integram a linha de promoção e difusão dos direitos humanos no programa Direitos Humanos, Direitos de Todos. Os dados que constam como meta física representam tão somente o que foi possível alcançar com os recursos disponibilizados nesta ação. Contudo, recursos de outras ações também foram investidos na capacitação de líderes comunitários e profissionais em temas de direitos humanos. Entende-se que a promoção e defesa devem andar juntas para a construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos, de tolerância e de valorização da diversidade. Por isso, pode-se contabilizar ainda mais 30 (trinta) mil pessoas capacitadas no âmbito da ação Balcões de Direitos, entre outras. O excedente alcançado refere-se a pessoas capacitadas no âmbito de projetos apoiados com recursos destinados à implantação dos balcões de direitos e de implantação de serviços de promoção e defesa dos direitos humanos. Trata-se de fase inicial de cada projeto que visa à capacitação de equipe técnica para atendimento à população e de sensibilização da comunidade a ser atendida.

Em Regiões Metropolitanas - PNSP (Plano Nacional de Segurança Pública) (0291) Físico (3.000,0) Financeiro (R\$ 500.014)

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto A - Atividade OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Balanço Geral da União

Anexo 9

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

30000 Ministério da Justiça

1919 (P) IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO CIVIL BÁSICA E ORIENTAÇÃO JURÍDICA GRATUITA
(BALCÕES DE DIREITO)

Produto: SERVIÇO IMPLANTADO

Unidade de Medida:

UNIDADE

Ministério da Justiça

Físico	136,0	136,0	100,0 %	28,0	60,0	214,3 %
Financeiro	4.294.963	2.534.963	59,0 %	2.089.600	1.053.846	50,4 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça (0001) Físico (34,0) Financeiro (R\$ 753.966)
A superação da meta inicialmente prevista encontra explicação no fato de que, muitas vezes, um único convênio celebrado, para implantação de um projeto de Balcão de Direitos prevê a instalação de 2 (dois) ou mais núcleos (unidades) de balcões localizados, em certos casos, em municípios distintos. A situação descrita, além de haver possibilitado a superação da meta, otimizou a utilização dos recursos inicialmente previstos.

Apoio à ANCA - Nacional (0008) Físico (3,0) Financeiro (R\$ 220.000)
Emenda parlamentar apoiando projetos de Balcões de Direitos de âmbito nacional. A meta foi atingida em 100%.

Em Regiões Metropolitanas - PNSP (Plano Nacional de Segurança Pública) (0291) Físico (23,0) Financeiro (R\$ 79.880)
A superação da meta inicialmente prevista encontra explicação no fato de que, muitas vezes, um único convênio celebrado, para implantação de um projeto de Balcão de Direitos prevê a instalação de 2 (dois) ou mais núcleos (unidades) de balcões localizados, em certos casos, em municípios distintos. A situação descrita, além de haver possibilitado a superação da meta, otimizou a utilização dos recursos inicialmente previstos.

0660 EDUCAÇÃO E SEGURANÇA NO TRÂNSITO

GERENTE: RITA DE CÁSSIA FERREIRA DA CUNHA

Objetivo: Reduzir o número de acidentes de trânsito no País

1243 (P) APOIO A PROJETOS INTERSETORIAIS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO

Produto: PROJETO APOIADO

Unidade de Medida:

UNIDADE

Ministério da Justiça

Físico	18,0	18,0	100,0 %	6,0	7,0	116,7 %
Financeiro	108.659.463	65.111.042	59,9 %	49.604.008	7.464.520	15,0 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça (0001) Físico (7,0) Financeiro (R\$ 7.464.520)
Foram executados os Projetos dos Ministérios, a saber:

Ø Ministério dos Transportes: Programa de Redução de Acidentes nas Estradas - PARE 2001, cujas ações foram:

a) Capacitação Técnica de Órgãos Municipais;

b) Estudos sobre Estatísticas de Acidentes de Trânsito;

c) Projeto Amigo da Vez;

d) Campanha Férias de Verão 2001/2002 e 2002/2003

e) Projeto Campanha MERCOSUL 2001/2002 e 2002/2003.

Ø Ministério do Trabalho e Emprego: Programa de Prevenção de Acidentes e Doenças no Setor de Transportes. As principais ações desenvolvidas foram:

- Estudos e Pesquisas para a melhoria das condições de saúde e segurança dos trabalhadores;

- Educação em segurança e saúde dos trabalhadores do setor de transportes de passageiros de cargas; dos trabalhadores do setor de transporte rural; no setor de transportes de cargas perigosas.

Ø Ministério da Educação: Educação no Trânsito. Uma Lição de Vida. Observação: Este Ministério realizou devolução de recursos, comunicado através do ofício n.º 160/2002 ACS/GM/MEC, em 05/09/2002;

Ø Ministério da Saúde: Proposta de intervenção para a Redução da Morbimortalidade por Acidentes de Trânsito – 2001/2002.

As informações sobre despesas realizadas no exercício de 2002 são as abaixo listadas:

- Ministério dos Transportes: convênio: Campanha Mercosul 2001/2002 - continuação da execução do projeto (projeto iniciado no exercício de 2001 e apostilado em 2002) - R\$ 190.000,00;

- Ministério dos Transportes: convênio - Programa de Redução de Acidentes nas Estradas - PARE:

* capacitação técnica de órgãos municipais - continuação da execução do projeto (projeto iniciado no exercício de 2001 e apostilado em 2002) - R\$ 1.040.000,00;

** estudos sobre estatísticas de acidentes de trânsito - continuação da execução do projeto (projeto iniciado no exercício de 2001, apostilado em 2002) - R\$ 254.980,00,

*** Amigo da Vez - continuação da execução do projeto (projeto iniciado no exercício de 2001, apostilado em 2002) - R\$ 301.462,10;

**** Férias de Verão - 2002/2003 - R\$ 5.314.000,00;

- Ministério da Saúde - convênio: Proposta de Intervenção para Redução Morbimortalidade por Acidente de Trânsito - Continuação da execução do projeto (projeto iniciado no exercício de 2001, apostilado em 2002) - R\$ 9.332.000,00;

- Ministério da Educação - convênio: Campanha Educação no Trânsito. Uma lição de Vida (1ª parcela) - Continuação da execução do projeto (projeto iniciado no exercício de 2001, apostilado em 2002) - R\$ 5.862.672,66; Observação: Este ministério realizou devolução de recursos, comunicado através do ofício n.º 160/2002 ACS/GM/MEC, em 05/09/2002;

- Ministério do Trabalho e Emprego - convênio: os valores foram descentralizados, porém não foi assinado convênio entre as partes - R\$ 9.000.000,00.

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Balanço Geral da União

Anexo 9

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

30000 Ministério da Justiça

1706 (P) CAMPANHA EDUCATIVA PARA PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO

Produto:	CAMPANHA REALIZADA	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Justiça		
Físico	25,0	22,0	88,0 %	18,0	14,0	77,8 %
Financeiro	41.127.818	23.778.818	57,8 %	24.966.498	7.955.373	31,9 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito (0001) Físico (13,0) Financeiro (R\$ 7.866.457)
Foram realizadas as campanhas a saber:

Contratos com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto - ACERP:

- "LUTA PELA PAZ", Realização de oito workshops, criação, produção e veiculação na TVE e sua rede de retransmissoras, de uma série de programas especialmente produzidos para televisão, tratando do tema 'A LUTA PELA PAZ', dividido em 8 (oito) programas de 30 (trinta minutos) cada, assim descritos: Programa 1 - Paz no trânsito, o desafio das grandes cidades, Programa 2 - A educação para o trânsito, Programa 3 - A municipalização do trânsito, Programa 4 - O processo de formação do condutor, Programa 5 - O motorista brasileiro, Programa 6 - A guerra no trânsito: causas, consequências e soluções, Programa 7 - A fiscalização do trânsito e Programa 8 - O respeito a vida: o ciclista, o motorista, o pedestre e o passageiro.

Continuação da campanha institucional e educativa, focada na importância do acompanhamento e controle das multas interestaduais, a partir da implementação do Sistema de Registro e Câmara Nacional de Compensação de Multas Interestaduais - RENACOM, realizada em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego.

Foram celebrados convênios com órgãos estaduais e municipais, para realização de campanhas e/ou atividades, reuniões, fóruns voltados para a área de educação e segurança de trânsito, a saber:

- 1- Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia - realização de campanha educativa, por meio da mídia eletrônica, para prevenção de acidentes de trânsito;
- 2- Departamento Estadual de Mato Grosso do Sul - realização de campanha educativa para prevenção de acidentes de trânsito;
- 3- Prefeitura Municipal de Boa Vista/RR - reformulação do sistema viário e de trânsito de Boa Vista, por meio de sinalização semafórica, sinalização vertical, sinalização horizontal, dispositivos auxiliares (tachões e tachinhas refletidas monodirecionais);
- 4- Associação Brasileira de Engenheiros Cíveis - trata-se da realização de reunião de âmbito nacional, sobre o tema 'Segurança no trânsito numa abordagem multidisciplinar, intitulada 'FORUM NACIONAL SOBRE SEGURANÇA NO TRÂNSITO - FONAST 2002'

O DENATRAN está realizando o II Prêmio DENATRAN. Este obteve 7700 inscrições que foram encerradas dia 30 de agosto. A escolha da empresa, que ficou responsável pela triagem dos trabalhos, foi feita através do Pregão nº 036/2002 que ocorreu dia 12 de setembro. Os 10 melhores trabalhos de cada categoria/ subcategoria, foram encaminhados ao DENATRAN/CGQFHT, sendo que a divulgação dos trabalhos vencedores foi realizada em dezembro e a solenidade dia 17 de dezembro de 2002.

O Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN em parceria com a Associação Brasileira de Medicina do Tráfego - ABRAMET e com a Sociedade Brasileira de Pediatría - SBP realizou a produção da Cartilha Crianças e Gestantes, como transportar crianças e os cuidados no transporte de gestantes. Foram impressos recentemente 300 mil cópias que estão à disposição de todos os funcionários e da sociedade.

Foi realizada no dia 10 de outubro de 2002, a 1ª reunião do Comitê Setorial de Desburocratização do DENATRAN.

Em resumo:

Foram realizadas campanhas, estudos, pesquisas, confecção de folder's, cartazes, cartilhas (manuais), buscando melhorar as condições de segurança do trânsito no país, a saber:

- v "Transitando";
- v "Educação de Trânsito para Crianças";
- v Semana Nacional de Trânsito - "Celular. Não fale no Trânsito";
- v "A Luta pela Paz";
- v "FORUM NACIONAL SOBRE SEGURANÇA NO TRÂNSITO - FONAST 2002";
- v "Cartilha Crianças e Gestantes";
- v "II Prêmio DENATRAN";

Foram celebrados Convênios com órgãos estaduais e municipais, para realização de campanhas de caráter educativo direcionadas à educação e segurança de trânsito, a saber:

- 1) PREFEITURA - RIO DE JANEIRO;
- 2) DETRAN - RONDÔNIA;
- 3) PREFEITURA MUNICIPAL - BOA VISTA/RR;
- 4) DETRAN - MATO GROSSO DO SUL;
- 5) PREFEITURA MUNICIPAL - FORTALEZA;
- 6) MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - continuação da campanha institucional e educativa, focada na importância do acompanhamento e controle das multas interestaduais, a partir da implementação do Sistema de Registro e Câmara Nacional de Compensação de Multas Interestaduais - RENACOM.

Foram concluídos os projetos iniciados no exercício de 2001, a saber:

- 1) "Manual de Implantação de Faixas de Pedestres;
- 2) "Desenvolvimento de Material Institucional";
- 3) "Revisão e Análise da Legislação do CONTRAN/DENATRAN";
- 4) "Diagnóstico de Melhorias da Segurança de Trânsito";
- 5) "Manual de Procedimentos para análise de Impactos devidos à Implantação de Pólos Geradores de Tráfego";
- 6) "Assessoria Técnico Parlamentar";

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Balanço Geral da União

Anexo 9

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

30000 Ministério da Justiça

- 7) "Procedimentos de Avaliação dos Órgãos Executivos de Trânsito";
- 8) "Produtos em Acesso por e-governo, e-gestão e e-ensino";
- 9) "Difusão Eletrônica de Informações e de Seminários Técnicos";
- 10) "Estudos das Bases Operacionais das Plataformas de Inspeção Veicular".

Criada a Central de Atendimento ao Cidadão – CAC.

Em Regiões Metropolitanas - PNSP (Plano Nacional de Segurança Pública) (0291) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 88.916)
Em parceria com o Plano de Integração e Acompanhamento Social de Combate à Violência - PIAPS, o Denatran disponibilizou duas técnicas para assessorar 31 municípios de 4 Regiões Metropolitanas na divulgação do Programa 'Educação e Segurança no Trânsito' e na elaboração dos projetos a serem desenvolvidos nesta ação.

Foi assinado convênio com o município de Paulista/PE de R\$ 85.000,00 voltado para campanhas de trânsito. O projeto denomina-se 'Redução de Acidentes em Pontos Críticos com Faixas de Pedestres'

Despesas Realizadas:

- Concessão de Diárias - R\$ 1.430,02;
- Transferência de recursos pra atender despesas com passagens aéreas - R\$ 2.522,00
- Celebrado entre o Denatran e a Prefeitura Municipal de Paulista para realizar Campanha Educativa no Programa de Combate à Violência - PIAPS - R\$ 85.000,00.

3819 (P) IMPLANTAÇÃO DA MUNICIPALIZAÇÃO DO TRÂNSITO

Produto:	MUNICIPIO INTEGRADO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	426,0	177,0	41,5 %	147,0	119,0	81,0 %
Financeiro	1.005.975	5.975	0,6 %	1.064.000	1.205	0,1 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça (0001) Físico (119,0) Financeiro (R\$ 1.205)
MUNICÍPIOS INTEGRADOS AO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO EM 2002

119municípios integrados até outubro/2002
496 municípios integrados ao SNT
54% da população brasileira
70% da frota nacional

JANEIRO

1. CASCAVEL PR
2. CRATO CE
3. TABOÃO DA SERRA SP
4. ITAPOLIS SP
5. POMBAL PB
6. TATUI SP
7. BATURITÉ CE
8. CANIDÉ CE
9. ITAÍ SP

FEVEREIRO

1. JUJUA MT
2. LAVRAS MG
3. BARCARENA PA

MARÇO

1. JUQUIÁ SP
2. MARICÁ RJ
3. CHAPECO SC
4. SANTA FÉ DO SUL RS
5. JAGUARIUNA SP
6. SANTA LUZ BA
7. AMAMBÁ MS
8. ITACOTIARA AM
9. MIGUELÓPOLIS SP
10. LARANJAL DO JARI AP
11. ARAÇOIABA DA SERRA SP
12. PERUIBE SP
13. ITATIAIA RJ
14. ITAPIPOCA CE

ABRIL

1. CESÁRIO LANGE SP
2. LAGES SC
3. JARAGUA GO
4. GOVERNADOR VALADARES MG
5. PINHALZINHO SP
6. SANTO ANTONIO DE POSSE SP
7. JAHU SP

MAIO

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Balanço Geral da União

Anexo 9

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

30000 Ministério da Justiça

1. VOTUPORANGA SP
2. PIRAPORA DO BOM JESUS SP
- JUNHO**
1. CAMAÇARI BA
2. VESPAIANO MG
3. ILHA CUMPRIDA SP
- JULHO**
1. REGISTRO SP
2. FLORIANÓPOLIS SC
3. QUIXADA CE
4. TRÊS CORAÇÕES MG
5. VARGINHA MG
6. IPERÓ SP
7. GASPAR SC
8. SÃO MANUEL SP
9. VARGEM GRANDE PAULISTA SP
10. IBIUNA SP
11. PEDRO LEOPOLDO MG
12. VIANAMA
13. CAPANEMA PA
14. ESTÂNCIA SE
15. VITÓRIA DE SANTO ANTÃO PE
16. CALIFORNIA PR
17. APUCARANA PR
18. TANGARÁ DA SERRA MT
19. CAPELA DO ALTO SP
20. BURI SP
21. OLÍMPIA SP
22. SÃO CAETANO DO SUL SP
23. ESTEIO RS
24. PARANAGUÁ PR
- AGOSTO**
1. ITUMBIARA GO
2. CARIRIACU CE
3. RIO DO SUL SC
4. XINGUARA PR
5. BRUSQUE SC
6. LAGUNA SC
7. MARAVILHA SC
8. BRAGANÇA PR
9. SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA PR
10. CANDEIAS BA
11. SÃO CARLOS SP
12. PENHA SC
13. MACABU RJ
14. ITAPAJÉ CE
15. CACHOEIRA PAULISTA SP
16. VASSOURAS RJ
17. MARECHAL DEODORO AL
- SETEMBRO**
1. AVARE SP
2. CARAPICUÍBA SP
3. DOIS VIZINHOS PR
4. PRESIDENTE DUTRA MA
5. CAXIAS MA
6. SÃO JOAQUIM DA BARRA SP
7. BREJO SANTO CE
8. MARANGUAPE CE
9. LUZIANIA GO
10. ITABUNA BA
11. SÃO MIGUEL DO OESTE SC
12. SANTA LUZIA MA
13. SANTA HELENA GO
14. AMPARO SP
15. BARBALHA CE
16. IPUÁ SP
17. CARUTAPERA MA
18. SALESÓPOLIS SP
19. JUAZEIRO BA
20. SÃO BENEDITO CE
- OUTUBRO**
1. TABAPUÁ SP
2. RIBEIRÃO DAS NEVES MG
3. LINS SP
4. GUARAPUAVA PR
5. ROLADOR RS
- NOVEMBRO:**
1. EMBU SP
2. PARACAMBI RJ
3. PONTES E LACERDA MT
4. TIMÓTEO MG

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Balanço Geral da União

Anexo 9

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

30000 Ministério da Justiça

5. PORTO UNIÃO SC

DEZEMBRO

1. ALDEIAS ALTAS MA
2. SÃO JOÃO DA BOA VISTA SP
3. PALHOÇA SC
4. CAMARAGIBE PE
5. RIO DAS OSTRAS RJ
6. ÁGUAS DE LINDÓIA SP
7. MONTE ALTO SP
8. GUARANTÁ DO NORTE MT
9. NATIVIDADE RJ
10. SÃO JOSÉ DO RIO PARDO SP

2800 (A) REGISTRO NACIONAL DE CARTEIRAS DE HABILITAÇÃO - RENACH

Produto:	SISTEMA MANTIDO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	4,0	2,0	50,0 %	1,0	1,0	100,0 %
Financeiro	52.818.290	37.218.290	70,5 %	17.206.908	11.466.832	66,6 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito (0001) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 11.466.832)
O Sistema Renach processa informações, tornando compatíveis as informações disponíveis na Base Índice Nacional de Condutores - BINCO, com as atualizações cadastrais sobre os cidadãos condutores de veículos automotores cadastrados pelos DETRAN nas Bases de Dados localizadas nos Estados e no Distrito Federal, administradas pelos Departamentos de Trânsito. Este processamento tratará os dados fornecidos pelos DETRAN, efetuando sua consistência com os localizados na Base Índice Nacional de Condutores, atualizando-os e fornecendo informações às Bases de Dados Estaduais e do Distrito Federal.

Transações realizadas:
janeiro: 5.021.625
fevereiro: 3.911.962
março: 4.467.834
abril: 5.171.484
maio: 4.705.903
junho: 4.202.214
julho: 5.362.897
agosto: 5.341.120
setembro: 4.940.093
outubro: 4.156.560
novembro: 3.636.056
dezembro: 6.694.462

Ocorreu na segunda quinzena de outubro a IV Reunião dos Sistemas RENAVAM (Registro Nacional de Veículos Automotores) e RENACH (Registro Nacional de Condutores Habilitados) com os órgãos FENASEG (Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização), SERPRO, DETRANS, ABN (American Bank Note Company), INTERPRINT e Casa da Moeda do Brasil, para tratar de temas diversos relativos aos dois Sistemas.

2742 (A) REGISTRO NACIONAL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - RENAVAM

Produto:	SISTEMA MANTIDO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	4,0	2,0	50,0 %	1,0	1,0	100,0 %
Financeiro	70.456.572	50.056.572	71,0 %	18.170.520	17.697.128	97,4 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito (0001) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 17.697.128)
O Sistema RENAVAM foi criado para possibilitar o controle dos registros automotores, reboques e semi-reboques, através da conectividade do ambiente computacional central aos sistemas computacionais dos 27 Departamentos de Trânsito Estaduais e do Distrito Federal, visando, dentre outros objetivos, o combate ao roubo e furto de veículos do Território Nacional.

Transações realizadas:
janeiro: 5.357.927
fevereiro: 5.665.819
março: 6.560.911
abril: 7.498.544
maio: 7.286.695
junho: 7.100.203
julho: 7.989.285
agosto: 8.570.307
setembro: 7.535.967
outubro: 7.297.381

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Balanço Geral da União

Anexo 9

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

30000 Ministério da Justiça

novembro: 7.966.574
dezembro: 4.683.291

Ocorreu na segunda quinzena de outubro a IV Reunião dos Sistemas RENAVAL (Registro Nacional de Veículos Automotores) e RENACH (Registro Nacional de Condutores Habilitados) com os órgãos FENASEG (Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização), SERPRO, DETRAN's, ABN (American Bank Note Company), INTERPRINT e Casa da Moeda do Brasil, para tratar de temas diversos relativos aos dois Sistemas. Projeto realizado pela Fundação Getúlio Vargas: 'Gerência Integrada de Informações'.

0150 ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS

GERENTE: VLADINEI TADEU DA SILVA

Objetivo: Garantir a assistência e promover o etnodesenvolvimento das comunidades indígenas

1712 (P) CAPACITAÇÃO DE INDÍGENAS E TÉCNICOS DE CAMPO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES AUTO-SUSTENTÁVEIS EM TERRAS INDÍGENAS

Ministério da Justiça

Produto:	PESSOA CAPACITADA	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	1.889,0	1.435,0	76,0 %	180,0	380,0	211,1 %
Financeiro	1.504.282	1.044.282	69,4 %	460.000	428.937	93,2 %

Comentários:

Nacional - Fundação Nacional do Índio (0001) Físico (380,0) Financeiro (R\$ 428.937)
O bloqueio de recursos imposto pelo Governo Federal às ações vinculadas ao Departamento de Desenvolvimento Comunitário acabou por comprometer seriamente o desenvolvimento de algumas ações. Toda a programação de capacitação de indígenas e técnicos de campo encontra-se seriamente comprometida pois a solicitação da grande maioria dos cursos de capacitação chegou ao Departamento exatamente na época em que os recursos estavam sendo bloqueados. São aproximadamente 300 alunos indígenas que deixam no ano de 2002 de terem a oportunidade de capacitar-se em vários temas de interesse de suas comunidades.
Os resultados apresentados permitem, em um primeiro momento, supor uma evolução significativa na execução da ação ao longo do período. Cabe, entretanto, registrar que essa evolução é resultante das falhas graves da definição do produto, pois estabelece a capacitação de pessoas. Como exemplo citamos o caso do Estado do Acre: em 2000 o PPA previa capacitar 04 (quatro) pessoas, o que seria anti-econômico, devido às questões regionais, pouco didático e sem capacidade de gerar os resultados que a FUNAI pretende. Esses valores foram em cursos de capacitação que atenderam um mínimo de 30 alunos, para maximizar os efeitos da ação. As metas previstas são insignificantes ante a realidade das comunidades indígenas, pois, ao longo de anos, os servidores de campo e os indígenas ficaram sem capacitação por não haver dotação orçamentária específica. Portanto, ao se comparar a aplicação do recurso financeiro com os resultados físicos alcançados, percebe-se que ao se trabalhar com cursos de 30 (trinta) alunos capacita-se mais gente com menos dinheiro. Foi solicitado na avaliação PPA 2000-2002 (1ª FASE), aumentar a meta física prevista, diante da grande demanda.

3089 (P) CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INDÍGENA

Ministério da Educação

Produto:	PROFESSOR CAPACITADO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	1.561,0	1.439,0	92,2 %	250,0	533,0	213,2 %
Financeiro	798.820	598.820	75,0 %	200.000	199.394	99,7 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0001) Físico (533,0) Financeiro (R\$ 199.394)
Os órgãos executantes (Secretarias Estaduais de Educação de MT e SC), superaram as metas físicas previstas no orçamento, atendendo um total de 533 docentes.

Os recursos programados são executados de acordo com a demanda.

2711 (A) FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS EM ÁREAS INDÍGENAS

Ministério da Justiça

Produto:	FAMÍLIA BENEFICIADA	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	163.895,0	70.671,0	43,1 %	33.506,0	36.059,0	107,6 %
Financeiro	32.468.222	24.118.222	74,3 %	9.045.672	8.829.518	97,6 %

Comentários:

Nacional - Fundação Nacional do Índio (0001) Físico (36.059,0) Financeiro (R\$ 8.679.519)
Estima-se um total de 73.070 famílias indígenas constituindo-se este o público alvo da FUNAI. No entanto, os recursos disponibilizados para o atendimento nessa ação têm sido suficientes para atender menos da metade dessa população, gerando constrangimentos de toda ordem e não cumprindo a finalidade da Instituição. Na realidade, acontece o atendimento das famílias indígenas aquém do que seria aceitável, gerando desequilíbrios sociais, ambientais e econômicos: desnutrição, miséria, exploração predatória dos recursos naturais e abandono das Terras Indígenas são as consequências mais visíveis. Foi solicitado aumentar a meta física prevista, bem como, a dotação orçamentária a ser aplicada.

Nas Comunidades Indígenas do Interior do Estado de Roraima (0004) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0)
Em São Gabriel da Cachoeira - AM (0006) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 49.999)

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto A - Atividade OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Balanço Geral da União

Anexo 9

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

30000 Ministério da Justiça

Foram desenvolvidas as seguintes atividades:
- Construção de 42 galinheiros e doação de pintos beneficiando 79 famílias;
- 05 cinco roças plantadas - 32 famílias beneficiadas;
- Doação de Insurnos para bovinos (60 cabeças) beneficiando 79 famílias;
- Aquisição de motor marítimo e montagem p/ Escoamento de produto - 256 famílias beneficiadas.

Em Chapecó - SC (0010) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 100.000)
O recurso relativo a Emenda Parlamentar, no valor R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais) foi objeto de convênio com a Prefeitura Municipal de Chapecó - SC, com vigência de um ano a partir da data da assinatura 03 de dezembro de 2002, sendo que o valor integral foi transferido para a Instituição, no dia 30 de dezembro de 2002, através da 2002OB001131. Por oportuno, informamos que o Convênio contemplará duas Comunidades Indígenas: Toldo Chimbanque e Aldeia Condá, ambas da etnia Kaingang, com 344 pessoas (68 famílias) e 296 pessoas (69 famílias), respectivamente.

0664 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL

GERENTE: PAULO TORRES

Objetivo: Aprimorar a estrutura e o modelo operacional, gerencial e a capacidade executiva do policiamento federal

1899 (P) REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES OPERACIONAIS E DO SEGMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO (PROMOTEC/PRÓ-AMAZÔNIA)

Produto:	UNIDADE REAPARELHADA	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Justiça		
Físico	15.465,0	15.465,0	100,0 %	35,0	35,0	100,0 %
Financeiro	193.282.942	163.306.310	84,5 %	122.680.636	92.288.770	75,2 %

Comentários:

Nacional - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal (0001) Físico (35,0) Financeiro (R\$ 92.288.770)

0668 PAZ NAS ESCOLAS

GERENTE: DENISE MARIA FONSECA PAIVA

Objetivo: Reduzir a violência entre jovens e adolescentes nas escolas do País

2044 (A) APOIO À IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETOS QUE DESENVOLVAM AÇÕES COMPLEMENTARES DE COMBATE À VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

Produto:	PROJETO APOIADO	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Justiça		
Físico	301,0	31,0	10,3 %	31,0	31,0	100,0 %
Financeiro	3.264.367	3.264.367	100,0 %	3.354.880	3.264.367	97,3 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça (0002) Físico (25,0) Financeiro (R\$ 2.811.393)
Esta ação dá abertura ao programa Paz nas Escolas para apoiar aquelas iniciativas bem sucedidas da sociedade. É por meio desta ação que o programa tem a oportunidade de conhecer, apoiar, avaliar, sistematizar e disseminar as boas práticas de prevenção da violência nas escolas, criadas pela sociedade. No âmbito dos 25 projetos apoiados foram beneficiados diretamente com oficinas, cursos, palestras, mobilizações, etc: 4.461 professores; 58.207 alunos; 2.607 policiais; 1.630 lideranças comunitárias e distribuídos aproximadamente 26.000 exemplares de livros; jornais; cartilhas, vídeos, etc, com matérias para a prevenção da violência nas escolas.

Observando-se a relação entre os índices de realização física e financeira, pode-se inferir que as metas da ação deveriam ser atualizadas. Porém, dadas as características desta ação, de ser aberta às propostas da sociedade, foram apoiados projetos nas mais diversas regiões do país com as mais diferentes configurações. Portanto, os parâmetros de custos devem ser considerados com uma grande margem de tolerância não sendo prudente qualquer alteração.

Em Regiões Metropolitanas - PNSP (Plano Nacional de Segurança Pública) (0006) Físico (6,0) Financeiro (R\$ 452.974)
No âmbito dos 06 projetos apoiados foram beneficiados diretamente com oficinas, cursos, palestras, mobilizações, etc, 970 professores; 13.090 alunos; 220 policiais e 400 lideranças comunitárias.

Observando-se a relação entre os índices de realização física e financeira, pode-se inferir que as metas desta ação deveriam ser atualizadas. Porém, dadas as características desta ação - ser aberta às propostas da sociedade, foram apoiados projetos nas mais diversas regiões do país com as mais diferentes configurações. Portanto, os parâmetros de custos devem ser considerados com uma grande margem de tolerância não sendo prudente qualquer alteração no momento.

5396 (P) CAPACITAÇÃO DE EDUCADORES PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

Produto:	PROFISSIONAL CAPACITADO	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Educação		
----------	-------------------------	--------------------	---------	------------------------	--	--

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADADO

P - Projeto A - Atividade OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Balanço Geral da União

Anexo 9

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

30000 Ministério da Justiça

Físico	10.453,0	10.258,0	98,1 %	1.976,0	2.408,0	121,9 %
Financeiro	3.370.451	2.370.451	70,3 %	1.000.000	874.479	87,4 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (0001) Físico (2.408,0) Financeiro (R\$ 874.479)
Os recursos desta ação foram aplicados na continuidade da capacitação de educadores em ética e cidadania, por meio de cursos com projetos de intervenção e da utilização do "Kit Ética e Cidadania". Foram transferidos recursos para 09 secretarias de educação (01 estadual e 08 municipais), que permitiram capacitar 2.408 educadores de 434 escolas, que atendem 1.726.953 alunos.

Os recursos desta ação foram repassados a 08 secretarias municipais de educação e a uma secretaria estadual de educação. Em virtude de peculiaridades regionais, o custo das propostas estaduais e municipais teve um perfil mais baixo que permitiu um excelente resultado físico com média execução financeira. Porém, apenas a experiência deste exercício não permite aumentar as metas físicas sem alterar o montante de recursos uma vez que a atuação nacional e o perfil de custos deste exercício pode ser alterado.

3809 (P) CAPACITAÇÃO DE POLICIAIS E AGENTES DE DIREITOS HUMANOS PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

Produto:	PESSOA CAPACITADA	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Justiça		
Físico	26.032,0	17.600,0	67,6 %	7.500,0	6.232,0	83,1 %
Financeiro	6.117.355	3.957.355	64,7 %	1.599.800	1.598.602	99,9 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça (0001) Físico (4.675,0) Financeiro (R\$ 1.148.602)
Este foi o primeiro exercício com a nova denominação desta ação incluindo a capacitação de agentes de direitos humanos juntamente com a capacitação de policiais. Esta inovação trouxe ao programa maior facilidade para implementar a estratégia específica do programa para o trabalho com os profissionais responsáveis pela segurança em escolas - construir uma nova relação polícia-escola. Dessa forma, implementaram-se 07 projetos em 07 estados da federação, que capacitaram 4.675 policiais e agentes de direitos humanos em atividades conjuntas, que permitiram aproximar duas categorias de profissionais, policiais e professores, que tem responsabilidade pelo bem estar dos estudantes e assim desenvolverem formas de cooperação para prevenção da violência nas escolas. Mais de 5.000 estudantes também foram beneficiados com as atividades desenvolvidas no âmbito desta ação.

O montante de recursos destinados a esta ação mostrou-se adequado à meta estabelecida como prova a proximidade dos índices de realização física e financeira. Com a abertura da ação para atender também a agentes de direitos humanos o público alvo a ser atendido aumentou de forma substancial e portanto requer incremento de metas e recursos proporcionais.

Em Regiões Metropolitanas - PNSP (Plano Nacional de Segurança Pública) (0291) Físico (1.557,0) Financeiro (R\$ 450.000)
Este foi o primeiro exercício com a nova denominação desta ação incluindo a capacitação de agentes de direitos humanos juntamente com a capacitação de policiais. Esta inovação trouxe ao programa maior facilidade para implementar a estratégia específica do programa para o trabalho com os profissionais responsáveis pela segurança em escolas - construir uma nova relação polícia-escola. Dessa forma, implementaram-se 04 projetos em 04 regiões metropolitanas, que capacitaram 1.557 policiais e agentes de direitos humanos em atividades conjuntas, que permitiram aproximar duas categorias de profissionais, policiais e professores, que tem responsabilidade pelo bem estar dos estudantes e assim desenvolverem formas de cooperação para prevenção da violência nas escolas.

Em face da regionalização dos projetos patrocinados neste exercício notamos uma diferença significativa entre os índices de realização físico e financeiro - o que aponta para um custo de capacitação maior do que o previsto. Porém, não se tem elementos suficientes ainda para deduzir que os parâmetros de custo desta ação devam ser revistos.

Em Regiões Metropolitanas - PNSP (Plano Nacional de Segurança Pública) (Restos a Pagar) - Ministério da Justiça (0003) Físico () Financeiro (R\$)

0671 RECONHECIMENTO DE UTILIDADE PÚBLICA

GERENTE: MOZART RODRIGUES DA SILVA

Objetivo: Reconhecer utilidade pública federal em instituições que prestam serviços à sociedade sem interesse lucrativo

2737 (A) CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE E INTERESSE PÚBLICO

Produto:	TITULO CONCEDIDO	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Justiça		
Físico	5.854,0	3.564,0	60,9 %	333,0	1.437,0	431,5 %
Financeiro	200.683	100.683	50,2 %	40.000	29.842	74,6 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça (0001) Físico (1.437,0) Financeiro (R\$ 29.842)
Para esta ação no PPA de 2000 foi determinada a meta de 1.000 concessões e em 2001 de 1.125 títulos concedidos por ano. Em 2000 foram concedidos 778 títulos; já em 2001 a meta foi superada e concedidos 1475; em 2002 a meta foi reduzida para 333 títulos, tendo sido concedidos 1.437 títulos de utilidade e interesse público, superando em muito a meta prevista, o que demonstra que para o ano de 2002 as metas físicas não foram bem elaboradas.

0661 REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

GERENTE: ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS

Objetivo: Reduzir o déficit de vagas nas penitenciárias e promover a reintegração do preso à sociedade

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Balanço Geral da União

Anexo 9

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

30000 Ministério da Justiça

2698 (A) ASSISTÊNCIA AO PRESO, À VÍTIMA E AO EGRESSO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Produto:	PESSOA ASSISTIDA	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Justiça		
Físico	138.144,0	138.144,0	100,0 %	7.500,0	111.404,0	1.485,4 %
Financeiro	11.516.577	3.851.577	33,4 %	11.500.000	335.152	2,9 %

Comentários:

Nacional - Fundo Penitenciário Nacional (0001) Físico (109.144,0) Financeiro (R\$ 259.352)
O elevado desempenho dessa ação se deve a ações de gestão que levaram o SUS - Sistema Único de Saúde a assistir a população carcerária, através de ação conjunta, onde por meio desta ação repassou-se apenas um complemento de recursos destinados a cobrir o extra-limite deste sistema.

Em Regiões Metropolitanas - PNSP (Plano Nacional de Segurança Pública) (0291) Físico (2.260,0) Financeiro (R\$ 75.800)
Nacional (Restos a Pagar) - Fundo Penitenciário Nacional (0003) Físico (0) Financeiro (R\$)

1844 (P) CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E APARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIIS

Produto:	VAGA CRIADA	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Justiça		
Físico	50.064,0	38.039,0	76,0 %	15.890,0	9.157,0	57,6 %
Financeiro	541.515.139	350.579.872	64,7 %	248.396.665	113.022.893	45,5 %

Comentários:

Nacional - Fundo Penitenciário Nacional (0001) Físico (560,0) Financeiro (R\$ 12.608.736)
Os valores dessa ação se realizam através das Unidades da Federação.

No Distrito Federal (0012) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 2.802.659)
O investimento realizado não gerou meta por se tratar de benfeitorias em estabelecimentos já existentes.

No Estado do Maranhão - Fundo Penitenciário Nacional (0021) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0)
Os pleitos apresentados pelo Estado não foram convertidos em convênios.

No Estado do Ceará - Fundo Penitenciário Nacional (0023) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0)
No Estado de Pernambuco - Fundo Penitenciário Nacional (0026) Físico (475,0) Financeiro (R\$ 5.563.457)
Os convênios firmados atenderam à demanda colocada e priorizada pelo Estado.

No Estado de Minas Gerais - Fundo Penitenciário Nacional (0031) Físico (1.618,0) Financeiro (R\$ 20.822.794)
Dentro da conjuntura apresentada para a execução orçamentária, o atendimento ao Estado se deu pela sua demanda e priorização.

No Estado do Espírito Santo - Fundo Penitenciário Nacional (0032) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0)
Dentro da conjuntura apresentada para a execução orçamentária, os pleitos apresentados pelo Estado não lograram serem convertidos em convênios.

No Estado de São Paulo - Fundo Penitenciário Nacional (0035) Físico (6.150,0) Financeiro (R\$ 70.452.801)
Dentro da conjuntura apresentada para a execução orçamentária, o atendimento ao Estado se deu pela sua demanda e priorização.

No Estado do Paraná - Fundo Penitenciário Nacional (0041) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0)
Dentro da conjuntura apresentada para a execução orçamentária, os pleitos apresentados pelo Estado nao lograram serem convertidos em convênios.

No Estado de Santa Catarina - Fundo Penitenciário Nacional (0042) Físico (312,0) Financeiro (R\$ 367.939)
Dentro da conjuntura apresentada para a execução orçamentária, o atendimento ao Estado se deu pela sua demanda e priorização.

No Estado do Rio Grande do Sul - Fundo Penitenciário Nacional (0043) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0)
Dentro da conjuntura apresentada para a execução orçamentária, o pleito apresentado pelo Estado não logrou ser convertido em convênio.

No Estado de Goiás (Condicionado ao Atendimento do Art. 12 desta Lei) - Fundo Penitenciário Nacional (0052) Físico (42,0) Financeiro (R\$ 404.507)
Dentro da conjuntura apresentada para a execução orçamentária, o atendimento ao Estado se deu pela demanda e priorização.

No Estado do Mato Grosso do Sul (Condicionado ao Atendimento do Art. 12 desta Lei) - Fundo Penitenciário Nacional (0054) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0)
Dentro da conjuntura apresentada para a execução orçamentária, os pleitos apresentados pelo Estado não lograram serem convertidos em convênio.

No Estado do Acre (Restos a Pagar) - Fundo Penitenciário Nacional (0003) Físico (0) Financeiro (R\$)
Em Capanema - PA (Restos a Pagar) - Fundo Penitenciário Nacional (0008) Físico (0) Financeiro (R\$)
No Estado do Pará (Restos a Pagar) - Fundo Penitenciário Nacional (0009) Físico (0) Financeiro (R\$)
No Estado de Alagoas (Restos a Pagar) - Fundo Penitenciário Nacional (0017) Físico (0) Financeiro (R\$)
No Estado do Piauí (Restos a Pagar) - Fundo Penitenciário Nacional (0029) Físico (0) Financeiro (R\$)
No Estado do Rio de Janeiro (Restos a Pagar) - Fundo Penitenciário Nacional (0039) Físico (0) Financeiro (R\$)
No Estado do Rio Grande do Sul (Restos a Pagar) - Fundo Penitenciário Nacional (0045) Físico (0) Financeiro (R\$)
No Estado de Santa Catarina (Restos a Pagar) - Fundo Penitenciário Nacional (0047) Físico (0) Financeiro (R\$)
No Estado de Goiás (Restos a Pagar) - Fundo Penitenciário Nacional (0051) Físico (0) Financeiro (R\$)
No Estado do Mato Grosso (Restos a Pagar) - Fundo Penitenciário Nacional (0053) Físico (0) Financeiro (R\$)
No Estado do Mato Grosso do Sul (Restos a Pagar) - Fundo Penitenciário Nacional (0055) Físico (0) Financeiro (R\$)
Nacional (Restos a Pagar) - Fundo Penitenciário Nacional (0057) Físico (0) Financeiro (R\$)

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADADO

P - Projeto A - Atividade OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Balanço Geral da União

Anexo 9

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

30000 Ministério da Justiça

5448 (P) PRODUÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO POR DETENTOS - PINTANDO A LIBERDADE

Produto:	MATERIAL ESPORTIVO PRODUZIDO	Unidade de Medida:	UNIDADE			Ministério do Esporte e Turismo
Físico	1.513.746,0	1.513.746,0	100,0 %	1.935.000,0	750.000,0	38,8 %
Financeiro	29.061.607	18.834.607	64,8 %	11.555.190	9.500.271	82,2 %

Comentários:

Nacional - Ministério do Esporte e Turismo (0001) Físico (750.000,0) Financeiro (R\$ 9.500.271)
Esta ação é desenvolvida no âmbito do Ministério do Esporte e Turismo. O projeto conta com 33 unidades de produção distribuídas por 20 Unidades da Federação. No exercício de 2002 foram firmados 19 convênios, atendendo 17 Unidades da Federação: AC, AL, BA, DF, ES, GO, MA, MG, MT, PA, PB, PE, PR, RN, RO, SC e SE. Na Bahia foram firmados 3 convênios.

Nacional (Restos a Pagar) - Ministério do Esporte e Turismo (0039) Físico () Financeiro (R\$)

2727 (A) PROFISSIONALIZAÇÃO DO PRESO

Produto:	PRESO PROFISSIONALIZADO	Unidade de Medida:	UNIDADE			Ministério da Justiça
Físico	22.318,0	21.984,0	98,5 %	1.324,0	1.200,0	90,6 %
Financeiro	6.503.049	6.303.049	96,9 %	5.310.000	831.713	15,7 %

Comentários:

Nacional - Fundo Penitenciário Nacional (0001) Físico (1.200,0) Financeiro (R\$ 831.713)
Uma grande parte dos pleitos apresentados não logrou ser aprovada, por falta de consistência dos seus objetivos, e contaram ainda com a conjuntura da execução orçamentária que exigiu indisponibilização de recursos orçamentários para adequar aos limites autorizados.
A utilização de recursos tecnológicos como a telecomunicação, dentro do Projeto Telessalas-2002, propiciou uma redução de custos e um maior atendimento, distorcendo os parâmetros previstos.

Nacional (Restos a Pagar) - Fundo Penitenciário Nacional (0003) Físico () Financeiro (R\$)

1701 (P) REAPARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS

Produto:	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	Unidade de Medida:	UNIDADE			Ministério da Justiça
Físico	1.095,0	974,0	88,9 %	120,0	602,0	501,7 %
Financeiro	18.755.982	14.255.982	76,0 %	10.000.000	7.891.403	78,9 %

Comentários:

Nacional - Fundo Penitenciário Nacional (0001) Físico (602,0) Financeiro (R\$ 7.891.403)
Esta ação, além de atender a pleitos colocados pelas Unidades da Federação para a implantação de sistemas inteligentes de vigilância, bloqueadores de sinais para telefones celulares, por processo de aquisição centralizada, adquiriu veículos especializados para o transporte de presos (97 carros-celas e 32 ambulâncias) que serão doados para as Unidades da Federação, visando cobrir o déficit existente no serviço de transporte de presos, latente em todos os estabelecimentos penais.

2730 (A) SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO DA APLICAÇÃO DE PENAS ALTERNATIVAS

Produto:	APENADO BENEFICIADO	Unidade de Medida:	UNIDADE			Ministério da Justiça
Físico	61.337,0	61.337,0	100,0 %	3.610,0	36.100,0	1.000,0 %
Financeiro	8.108.240	7.608.240	93,8 %	6.137.000	3.128.226	51,0 %

Comentários:

Nacional - Fundo Penitenciário Nacional (0001) Físico (35.010,0) Financeiro (R\$ 2.187.126)
Esta ação, além de atender a pleitos colocados pelas Unidades da Federação para a implantação de sistemas inteligentes de vigilância, bloqueadores de sinais para telefones celulares, por processo de aquisição centralizada, adquiriu veículos especializados para o transporte de presos (97 carros-celas e 32 ambulâncias) que serão doados para as Unidades da Federação, visando cobrir o déficit existente no serviço de transporte de presos, latente em todos os estabelecimentos penais.

Em Regiões Metropolitanas - PNSP (Plano Nacional de Segurança Pública) (0291) Físico (1.090,0) Financeiro (R\$ 941.100)
Nacional (Restos a Pagar) - Fundo Penitenciário Nacional (0003) Físico () Financeiro (R\$)

0152 REINSERÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

GERENTE: GERENTE SOLENY ÁLVARES HAMÚ

Objetivo: Promover a reinserção social do adolescente em conflito com a lei

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Balanço Geral da União

Anexo 9

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

30000 Ministério da Justiça

2227 (A) ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

Produto:	ADOLESCENTE ASSISTIDO	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Justiça		
Físico	16.123,0	3.500,0	21,7 %	3.000,0	3.500,0	116,7 %
Financeiro	14.523.256	5.495.841	37,8 %	3.675.117	2.788.511	75,9 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA (0001) Físico (3.500,0) Financeiro (R\$ 2.788.511)
Foram firmados 09 convênios com os Estados de Goiás, Minas Gerais, Santa Catarina, Pernambuco, Pará, Bahia e Paraíba, Município de Colatina /ES e com uma Ong, sendo três deles visando a realização de Encontros Regionais para debater proposta de Lei de Diretrizes Socioeducativas. Os seis projetos restantes objetivaram a implantação e implementação de ações visando o aprimoramento do atendimento Socioeducativo nos Estados contemplados.
A meta física desta ação foi superada devido a previsão menor do que realmente se poderia atender quanto à adolescentes em conflito com a Lei, pois não havia como se prever o bom nível de articulação alcançado pela gerência do programa, que resultou em uma canalização de esforços dos Estados, Municípios e entidades da sociedade civil.

1782 (P) IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO A ADOLESCENTES COM MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS NÃO PRIVATIVAS DE LIBERDADE

Produto:	SERVICO IMPLANTADO	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Justiça		
Físico	73,0	40,0	54,8 %	25,0	30,0	120,0 %
Financeiro	19.916.739	5.916.739	29,7 %	3.150.000	2.924.159	92,8 %

Comentários:

Nacional - Ministério da Justiça (0001) Físico (30,0) Financeiro (R\$ 2.924.159)
Foram implantados 30 serviços de atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas não privativas de liberdade. As parcerias desta ação são formalizadas com instituições estaduais, municipais e com organizações não governamentais. Com estes serviços estão sendo atendidos diretamente 5.000 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade).
O superávit registrado no tocante a execução física desta ação, deu-se por uma previsão de execução que considerou um número menor de serviços implantados em relação ao que realmente se podia alcançar resultante em uma canalização de esforços dos Estados, Municípios e entidades da sociedade civil.

Nacional (Restos a Pagar) - Ministério da Justiça (0005) Físico () Financeiro (R\$)
Em Regiões Metropolitanas - PNSP (Plano Nacional de Segurança Pública) (Restos a Pagar) - Ministério da Justiça (0007) Físico () Financeiro (R\$)

0666 SEGURANÇA DO CIDADÃO

GERENTE: MIGUEL LIBÓRIO CAVALCANTE NETO

Objetivo: Reduzir a criminalidade

1795 (P) CAPACITAÇÃO DE POLICIAIS, INSTRUTORES POLICIAIS E GUARDAS MUNICIPAIS

Produto:	PESSOA CAPACITADA	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Justiça		
Físico	19.931,0	19.931,0	100,0 %	21.430,0	4.935,0	23,0 %
Financeiro	56.940.729	33.940.729	59,6 %	18.899.294	8.654.890	45,8 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Segurança Pública - Fnsp. (0001) Físico (1.935,0) Financeiro (R\$ 7.992.877)
1) Os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública foram contingenciados ao longo período, principalmente no 1º semestre. Isto provocou um retardamento e análise nos repasses de recursos destinados aos Estados.
2) Os projetos não atenderam as expectativas do Termo de Referência para a área de capacitação (Programa de Treinamento para a área de segurança do cidadão).
3) Duas mudanças na administração da SENASP/MJ ocasionaram descontinuidade no planejamento pré-estabelecido.
4) Orientação da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça para que não fossem efetivados convênios com treinamento a partir do mês de novembro em virtude da exigência de cronograma de execução e transição de Governo e o penúltimo ano do PPA.
5) Diversos Estados inadimplentes e com a contrapartida não garantida no orçamento de 2002/2003 dificultaram a realização de convênios.

1) Com a obrigatoriedade de não realizar convênios que tivessem treinamento ao final do período (determinação da Consultoria Jurídica do Ministério) foram remanejados R\$ 3.369.106,00 para as atividades de Polícia Comunitária, Reaparelhamentos das Polícias Estaduais e Intensificação do Policiamento Ostensivo em Áreas Críticas voltados a aquisições de bens e equipamentos policiais.

Em Regiões Metropolitanas - PNSP (Plano Nacional de Segurança Pública) (0291) Físico (3.000,0) Financeiro (R\$ 662.013)

1) Os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública foram contingenciados ao longo período, principalmente no 1º semestre. Isto provocou um

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto A - Atividade OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Balanço Geral da União

Anexo 9

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

30000 Ministério da Justiça

atraso no início das atividades de treinamento.
2) Duas mudanças na administração da SENAS/MJ ocasionaram descontinuidade no planejamento pré-estabelecido. os Novos Secretários priorizaram alguns cursos em detrimento de outros.
3) Oscilações nos custos de passagens aéreas e hospedagens provocaram a redução do número de cursos e alunos.
4) Equipe de administração para o setor reduzida dificultando as ações previstas.
5) As temáticas programadas foram realizadas, porém com menor quantidade.

1) Com a obrigatoriedade de não realizar convênios que tivessem treinamento ao final do período (determinação da Consultoria Jurídica do Ministério) foram remanejados aproximadamente R\$ 4.645.300,00 para as atividades de Polícia Comunitária, Reaparelhamentos das Polícias Estaduais e intensificação do Policiamento Ostensivo em Áreas Críticas voltados à aquisições de bens e equipamentos policiais.

Nacional (Restos a Pagar) - Fundo Nacional de Segurança Pública - Fnspp. (0003) Físico () Financeiro (R\$)

7807 (P) IMPLANTAÇÃO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA

Produto:	POLICIA COMUNITARIA IMPLANTAD	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Justiça		
Físico	50,0	50,0	100,0 %	85,0	20,0	23,5 %
Financeiro	245.101.738	175.515.038	71,6 %	82.553.256	69.230.444	83,9 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Segurança Pública - Fnspp. (0001) Físico (17,0) Financeiro (R\$ 49.125.138)
10 Estados Brasileiros não atenderam as expectativas do Termo de Referência e nem apresentaram projetos adequados.

1) Os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública foram contingenciados ao longo período, principalmente no 1º semestre. Isto provocou um retardamento e análise nos repasses de recursos destinados aos Estados.
2) Duas mudanças na administração da SENAS/MJ ocasionaram descontinuidade no planejamento pré-estabelecido.
3) Orientação da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça para que não fossem efetivados convênios com treinamento a partir do mês de novembro em virtude da exigência de cronograma de execução e transição de Governo e o penúltimo ano do PPA.
4) Diversos Estados inadimplentes e com a contrapartida não garantida no orçamento de 2002/2003 dificultaram a realização de convênios.
5) Foram feitos remanejamentos de recursos para a atividade de Policiamento Ostensivo em Áreas Críticas na ordem de R\$ 8.594.354,00 em virtude de 10 estados não atenderem a expectativa.

Nos Bairros Mocambinho e Satélite - Teresina - PI (0012) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0)
Emenda Parlamentar cancelada devido a não apresentação do projeto pelo município de Teresina - PI.

Recurso totalmente remanejado para a ação de Intensificação do Policiamento Ostensivo em Áreas Críticas.

Implantação de Núcleo de Informação e Documentação sobre Policiamento Comunitário em Belo Horizonte - MG (0014) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 0)
Recurso sendo empenhado até 20 de dezembro de 2002.

Ações de Segurança Pública nos Municípios - Nacional (0016) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 2.500.000)
1) Os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública foram contingenciados ao longo período, principalmente no 1º semestre. Isto provocou um retardamento e análise nos repasses de recursos destinados aos municípios.
2) Os projetos não atenderam as expectativas do Termo de Referência para a área. Apenas o Município de São Paulo (Região metropolitana) apresentou condições de captação de recursos junto ao FNSP por possuir um Plano Municipal de Segurança Pública adequado a Lei do FNSP e ao PNSP.
3) Duas mudanças na administração da SENAS/MJ ocasionaram descontinuidade no planejamento pré-estabelecido.
4) Orientação da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça para que não fossem efetivados convênios com treinamento a partir do mês de novembro em virtude da exigência de cronograma de execução e transição de Governo e o penúltimo ano do PPA.
5) Diversos municípios apresentaram documentos fiscais incompletos ou vencidos. Outros não apresentaram previsão orçamentária conforme determina a lei.
6) Inadimplências e falta de contrapartida não garantida no orçamento de 2002/2003 dificultaram a realização de convênios.

1) Os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública foram contingenciados ao longo período, principalmente no 1º semestre. Isto provocou um retardamento e análise nos repasses de recursos destinados aos municípios.
2) Os projetos não atenderam as expectativas do Termo de Referência para a área. Apenas o Município de São Paulo (Região metropolitana) apresentou condições de captação de recursos junto ao FNSP por possuir um Plano Municipal de Segurança Pública adequado a Lei do FNSP e ao PNSP.
3) Duas mudanças na administração da SENAS/MJ ocasionaram descontinuidade no planejamento pré-estabelecido.
4) Orientação da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça para que não fossem efetivados convênios com treinamento a partir do mês de novembro em virtude da exigência de cronograma de execução e transição de Governo e o penúltimo ano do PPA.
5) Diversos municípios apresentaram documentos fiscais incompletos ou vencidos. Outros não apresentaram previsão orçamentária conforme determina a lei.
6) Inadimplências e falta de contrapartida não garantida no orçamento de 2002/2003 dificultaram a realização de convênios.

No Estado do Amazonas - Fundo Nacional de Segurança Pública - Fnspp. (0018) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 17.600.000)
Em Regiões Metropolitanas - PNSP (Plano Nacional de Segurança Pública) (0291) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 5.306)
Meta não realizada.

1) Os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública foram contingenciados ao longo período, principalmente no 1º semestre. Isto provocou um retardamento e análise nos repasses de recursos destinados aos Estados.
2) Os projetos não atenderam as expectativas do Termo de Referência para a área.
3) Duas mudanças na administração da SENAS/MJ ocasionaram descontinuidade no planejamento pré-estabelecido.
4) Orientação da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça para que não fossem efetivados convênios com treinamento e obras a partir do mês de novembro em virtude da exigência de cronograma de execução e transição de Governo e o penúltimo ano do PPA.

1) Os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública foram contingenciados ao longo período, principalmente no 1º semestre. Isto provocou um retardamento e análise nos repasses de recursos destinados aos Estados.
2) Os projetos não atenderam as expectativas do Termo de Referência para a área.
3) Duas mudanças na administração da SENAS/MJ ocasionaram descontinuidade no planejamento pré-estabelecido.
4) Orientação da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça para que não fossem efetivados convênios com obras e treinamento a partir do mês de novembro em virtude da exigência de cronograma de execução e transição de Governo e o penúltimo ano do PPA.
5) Parte dos recursos foram remanejados para a ação de Intensificação do Policiamento Ostensivo em Áreas Críticas (R\$ 21.547.737,00).

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto A - Atividade OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Balanço Geral da União

Anexo 9

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

30000 Ministério da Justiça

Nacional (Restos a Pagar) - Fundo Nacional de Segurança Pública - Fnsp. (0003) Físico (0) Financeiro (R\$)
Em Capanema - PA (Restos a Pagar) - Fundo Nacional de Segurança Pública - Fnsp. (0008) Físico (0) Financeiro (R\$)

7799 (P) IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍCIAS

Produto:	SISTEMA IMPLANTADO	Unidade de Medida:	% DE EXECUCAO FISICA			
						Ministério da Justiça
Físico	23,0	23,0	100,0 %	25,0	0,0	0,0 %
Financeiro	11.113.905	6.113.905	55,0 %	13.609	13.607	100,0 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Segurança Pública - Fnsp. (0001) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 13.607)
Ação não realizada. Recurso remanejado para a Atividade de Intensificação de Policiamento Ostensivo em Áreas Críticas: R\$4.896.391,00.

7805 (P) INTENSIFICAÇÃO DO POLICIAMENTO EM ÁREAS CRÍTICAS

Produto:	AREA CRITICA ATENDIDA	Unidade de Medida:	UNIDADE			
						Ministério da Justiça
Físico	15.049,0	49,0	0,3 %	28,0	20,0	71,4 %
Financeiro	723.183.539	549.057.986	75,9 %	220.804.572	215.068.907	97,4 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Segurança Pública - Fnsp. (0001) Físico (20,0) Financeiro (R\$ 215.068.907)
1) Os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública foram contingenciados ao longo período, principalmente no 1º semestre. Isto provocou um retardamento e análise nos repasses de recursos destinados aos Estados.
2) Vários Estados apresentaram diversos projetos nesta atividade.
3) Duas mudanças na administração da SENAS/MJ ocasionaram descontinuidade no planejamento pré-estabelecido.
4) Orientação da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça para que não fossem efetivados convênios com treinamento a partir do mês de novembro em virtude da exigência de cronograma de execução e transição de Governo e o penúltimo ano do PPA.
5) Foi necessário a elaboração de diversos remanejamentos e cancelamentos para compor a demanda nesta atividade. Foi aprovado no Congresso Nacional um crédito suplementar de R\$ 61.000.000,00 (em capital) perfazendo um total de
5) Diversos Estados inadimplentes e com a contrapartida não garantida no orçamento de 2002/2003 dificultaram a realização de convênios.

) Os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública foram contingenciados ao longo período, principalmente no 1º semestre. Isto provocou um retardamento e análise nos repasses de recursos destinados aos Estados.
2) Vários Estados apresentaram diversos projetos nesta atividade.
3) Duas mudanças na administração da SENAS/MJ ocasionaram descontinuidade no planejamento pré-estabelecido.
4) Orientação da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça para que não fossem efetivados convênios com treinamento a partir do mês de novembro em virtude da exigência de cronograma de execução e transição de Governo e o penúltimo ano do PPA.
5) Foi necessário a elaboração de diversos remanejamentos e cancelamentos para compor a demanda nesta atividade. Foi aprovado no Congresso Nacional um crédito suplementar de R\$ 61.000.000,00 (em capital) perfazendo um total de R\$ 281.734.572,00.

Em Gravataí - RS (0008) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0)
Emenda Parlamentar cancelada devido a não apresentação do projeto pelo município de Gravataí - RS.

Valor total do recurso cancelado por não apresentação de projeto.

Nacional (Restos a Pagar) - Fundo Nacional de Segurança Pública - Fnsp. (0003) Físico (0) Financeiro (R\$)

7797 (P) REAPARELHAMENTO DAS POLÍCIAS ESTADUAIS E GUARDAS MUNICIPAIS

Produto:	POLICIA ESTADUAL/GUARDA MUNIC	Unidade de Medida:	UNIDADE			
						Ministério da Justiça
Físico	82,0	77,0	93,9 %	33,0	23,0	69,7 %
Financeiro	280.620.005	148.042.221	52,8 %	43.706.334	35.942.221	82,2 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Segurança Pública - Fnsp. (0001) Físico (21,0) Financeiro (R\$ 34.662.221)
1) Os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública foram contingenciados ao longo período, principalmente no 1º semestre. Isto provocou um retardamento e análise nos repasses de recursos destinados aos Estados.
2) Alguns projetos não atenderam as expectativas do Termo de Referência para a área.
3) Duas mudanças na administração da SENAS/MJ ocasionaram descontinuidade no planejamento pré-estabelecido.
4) Orientação da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça para que não fossem efetivados convênios com obras e treinamento a partir do mês de novembro em virtude da exigência de cronograma de execução e transição de Governo e o penúltimo ano do PPA, principalmente os projetos de Fronteira.
5) Diversos Estados inadimplentes e com a contrapartida não garantida no orçamento de 2002/2003 dificultaram a realização de convênios.

Foram remanejados para esta atividade, além do previsto, R\$ 8.145.028,00 devido ao grande número de projetos apresentados.

Reaparelhamento da Guarda Municipal de Bento Fernandes - RN (0008) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 230.000)
Reaparelhamento das Policiais Militares do Estado de Minas Gerais. (0016) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 50.000)

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto A - Atividade OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Balanço Geral da União

Anexo 9

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

30000 Ministério da Justiça

No Distrito Federal (0018) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 1.000.000)
Em Belém - PA (0020) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0)
Recurso integralmente cancelado por possuir obra e treinamento em seu projeto.

Recurso contingenciado impedindo o atendimento imediato da emenda.
Emenda Parlamentar cancelada devido a apresentação de projeto com obras e treinamento. Não havia tempo hábil para sua retificação.

No Estado de Alagoas - Fundo Nacional de Segurança Pública - Fnspp. (0022) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0)
Emenda Parlamentar cancelada devido a inadimplência do Estado.

0663 SEGURANÇA NAS RODOVIAS FEDERAIS

GERENTE: ANTONIO CARLOS DIAS DA SILVA

Objetivo: Reduzir a incidência de acidentes de trânsito nas rodovias federais

1700 (P) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA O PATRULHAMENTO DAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS

Produto:	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Justiça		
Físico	2.356,0	1.685,0	71,5 %	424,0	1.680,0	396,2 %
Financeiro	27.509.426	22.061.266	80,2 %	4.268.160	4.249.679	99,6 %

Comentários:

Nacional - Departamento de Polícia Rodoviária Federal (0001) Físico (1.680,0) Financeiro (R\$ 4.249.679)
Esta ação contempla a aquisição de qualquer tipo de equipamento para patrulhamento. Portanto, tendo em vista a aquisição de equipamentos menores, obteve-se o volume de 1680 unidades adquiridas da seguinte forma: 600 Pistolas calibre .40 (Ponto 40), 340 Carabinas calibre .40 e 740 Coletes a prova de balas.

2723 (A) PATRULHAMENTO OSTENSIVO E CONTROLE DE TRÂNSITO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS

Produto:	RODOVIA PATRULHADA	Unidade de Medida:	KM	Ministério da Justiça		
Físico	232.000,0	129.000,0	55,6 %	57.000,0	69.000,0	121,1 %
Financeiro	147.005.719	121.567.454	82,7 %	27.538.295	27.169.152	98,7 %

Comentários:

Nacional - Departamento de Polícia Rodoviária Federal (0001) Físico (69.000,0) Financeiro (R\$ 27.169.152)
Esta ação contempla o pagamento de combustível de viaturas e aeronaves de todo país, manutenção e compra de peças de viaturas e aeronaves, pagamento do processamento de multas/SERPRO, despesas com correios, referente ao envio de multas aos infratores, etc.

0151 TERRITÓRIO E CULTURA INDÍGENAS

GERENTE: ARTUR NOBRE MENDES

Objetivo: Proteger a integridade territorial e o patrimônio cultural e ambiental das sociedades indígenas

2235 (A) DEMARCAÇÃO E AVIVENTAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

Produto:	TERRA INDIGENA DEMARCADA	Unidade de Medida:	HA	Ministério da Justiça		
Físico	12.831.930,0	12.831.930,0	100,0 %	1.217.354,0	1.623.951,0	133,4 %
Financeiro	7.118.087	5.018.087	70,5 %	2.030.301	1.696.020	83,5 %

Comentários:

Nacional - Fundação Nacional do Índio (0001) Físico (1.623.951,0) Financeiro (R\$ 1.696.020)
Considerou-se como meta realizada as demarcações e aviventações efetivamente concluídas e devidamente aprovadas pela FUNAI em 2002. Observa-se que há uma superação das metas físicas, uma vez que foram contabilizadas as demarcações e aviventações dos limites de terras indígenas, que tiveram os trabalhos iniciados e empenhados no ano de 2001, mas concluídos no ano de 2002. Tal fato ocorreu por algumas obras demarcatórias terem sido iniciadas próximas ao final do exercício, e ainda devido a morosidade do processo licitatório, conflitos fundiários, más condições climáticas de algumas regiões do país e ações judiciais.
Neste contexto, foram demarcadas 10 (dez) terras indígenas e aviventados os limites de mais 04 (quatro) terras, perfazendo uma superfície de 1.650.516 ha, beneficiando as respectivas comunidades indígenas, com uma população estimada em aproximadamente de 8.300 índios.

4390 (A) REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE TERRAS INDÍGENAS

Produto:	REGULARIZACAO EFETIVADA	Unidade de Medida:	HA	Ministério da Justiça		
----------	-------------------------	--------------------	----	-----------------------	--	--

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto A - Atividade OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Balanço Geral da União

Anexo 9

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

30000 Ministério da Justiça

Físico	10.570.072,0	8.945.467,0	84,6 %	7.868.394,0	3.924.779,0	49,9 %
Financeiro	91.354.012	60.901.012	66,7 %	35.669.263	26.209.543	73,5 %

Comentários:

Nacional - Fundação Nacional do Índio (0001) Físico (845.651,0) Financeiro (R\$ 21.884.082)

Nesta ação foram realizadas a extrusão de aproximadamente 1.360 ocupações não-índias situadas em terras indígenas, mediante a remoção e o pagamento de R\$ 21 milhões de reais em indenizações por benfeitorias consideradas de boa fé, devolvendo às comunidades diretamente envolvidas o território livre para a sua subsistência, atendendo uma população estimada de mais de 25 mil índios.

Na Amazônia Legal - Pptal/ppg-7 (0081) Físico (3.079.128,0) Financeiro (R\$ 4.325.461)

O bom desempenho acumulado desta ação acompanhada pela Coordenação Técnica do PPTAL demonstra que fatores fora de seu âmbito influenciaram seu desempenho neste exercício, pois apesar das muitas atividades realizadas em 2002 percebe-se, em termos percentuais, que a meta de regularizar 7.080.000 ha ficou em torno de 45% do previsto.

Este desempenho teve como principal causa os entraves na regularização fundiária motivados pela edição do Decreto nº 3751, de fevereiro de 2001 que estabeleceu formas diferentes daquelas que vinham sendo adotadas para contratação de consultorias por meio de organismos internacionais e a necessidade de adequação do Convênio FUNAI/UNESCO às novas exigências. Neste caso ocorreu a interrupção do Convênio e, por consequência, a perda de cerca de 80 técnicos da FUNAI, sendo aproximadamente 40 dentre os departamentos da Diretoria de Assuntos Fundiários – DAF, responsável pela execução das ações de regularização. Entretanto, na falta de pessoal para realizar ou apoiar as ações previstas conforme dito acima, a Coordenação do Projeto e a DAF/FUNAI, além das atividades possíveis de serem realizadas, tomaram medidas de base que não são traduzidas em números mas que darão impulso e sustentação às ações do Projeto no exercício seguinte. Neste ponto ficou pendente, aguardando edição de Medida Provisória, o urgente início e finalização, até julho de 2003, de processo para contratação pela FUNAI do pessoal hoje contratado por meio de organismos internacionais para que não se repita o problema supracitado.

É importante ressaltar que, além das ações de regularização acima citadas, o PPTAL garante a aplicação de metodologias inovadoras com vista a uma maior qualidade técnica das demarcações. Por sua via, são implementados subprojetos de acompanhamento indígena das demarcações e planos de vigilância e proteção das terras indígenas para o fomento da participação indígena. Nesse mesmo sentido, o Projeto realiza também ações de capacitação indígena e estudos etnoecológicos que produzem conhecimentos para a gestão dos recursos naturais das terras demarcadas.

Por fim, cabe acrescentar que o PPTAL, no exercício de 2002, trabalhou com um universo de 157 terras, que somam 45 milhões de hectares, obtendo a sua prorrogação até 31/12/2004 em razão, principalmente, do significado social da regularização fundiária dessas terras indígenas, o dever constitucional do Estado em regularizá-las e a contribuição do Projeto no apoio à consecução dessas atribuições.